

Queiroz, Castro Alves, Machado de Assis, Olavo Bilac, Ramalho Ortigão e Victor Hugo entre outros. Em sua vida profissional, meu pai foi caixeiro viajante, guarda livros (contador), bancário, gerente, diretor e Presidente de Banco. Fundou o Banco Português do Brasil e o Banco Espanha - Brasil, na presidência do qual veio a falecer em 1927. Nessa época eu estava preso no Depósito de Convalescentes de Campo Belo, próximo a Resende.

Sou muito grato ao Ministro da Guerra, Gen Sezefredo Passos, que, sabendo do estado grave do meu pai, me fez comparecer ao seu Gabinete para saber se poderia me libertar para acompanhar o estado de saúde de meu pai. Disse-lhe que não, porque eu estava condenado por uma sentença de dois anos; perguntou-me se tomava o compromisso de não fugir; aceitei; libertou-me. Apresentei-me a ele após o enterro de meu pai; deu-me pêsames e designou o 1º R.C G - Dragões da Independência, para onde me dirigi a fim de continuar a cumprir minha pena.

Como réu confesso, fui condenado pelo Juiz da 2ª Vara Federal de São Paulo, a dois anos de prisão, por ter participado da Revolução de 5 de julho de 1924. Tendo já cumprido a pena, e considerando-me livre e reintegrado ao Exército, casei-me no dia 31 de março de 1928 com a minha antiga e querida namorada, Maria da Glória de Oliveira, que muito sofria com a minha situação e me visitava em todas as prisões.

Posteriormente, com uma espantosa surpresa para nós, revolucionários, e para todo o país, o Supremo Tribunal Federal reformou a nossa sentença condenatória ampliando-a de dois para cinco anos. Decidi não me apresentar à prisão. Como fugitivo, eu e minha mulher fomos morar em Paranaguá, no estado do Paraná.

Passei então a comercializar o camarão, comprando-o e embarcando em tonéis com gelo, em navios da Companhia Costeira de Navegação, de propriedade do velho Lage, para uma companhia de venda de pescado em Santos. Comprava por 400 reis e os vendia a 4000 reis o quilo. Era um bom negócio; dava para viver. No comércio do camarão fui financiado e orientado por meu sogro. Reconhecido em Paranaguá, por um oficial que servia no Estado Maior da 5ª Região Militar, que não era amigo, e com receio de ser denunciado e preso, deixei a Glorinha na praia de veraneio de Paranaguá - Matinhos - com a família do Sr. Agostinho Pereira Alves e fui para Jacarezinho, PR.

Trabalhava intensamente, na fazenda, quando um funcionário da Estação Bianor Guimarães, da Estrada de Ferro Sorocabana, Ramal de Jaguariaíva, situada em terras cedidas pela fazenda, mandou-me um exemplar do jornal "O Estado de São Paulo" que publicava, como solução aos embargos apostos ao STF, a anulação da sentença que nos condenava a cinco anos de prisão. Eu estava definitivamente livre... Levei o jornal ao proprietário da fazenda, que leu tudo com muita atenção e me disse: "não vejo aqui o seu nome, Walfredo". Foi aí que respondi: "não sou Walfredo, sou Waldemar Levy Cardoso! Meu nome na fazenda era Walfredo Leite da Costa por causa das iniciais bordadas nas nossas fronhas e lençóis: W.L.C." Ficou surpreso e me abraçou. Disse-me: "eu desconfiava que você tinha cometido um crime, mas era um homem de bem." Ficou triste quando lhe disse que iria deixar a fazenda para apresentar-me ao Exército. Fui para São Paulo e levei Glorinha para a fazenda de seus pais em Itu. Apresentei-me no Rio de Janeiro. Fui muito bem recebido mas enviado para a prisão por ser considerado desertor. Deste crime, eu mesmo me defendi. O Procurador Geral da República, Ministro Pires e Albuquerque, manifestava-se, sempre, no Tribunal, contra os recursos que alegavam conexidade dos crimes de deserção aos crimes políticos. Dizia em sua acusação: "aqui se defende o acusado do crime de deserção; depois se defenderá do crime político; o que este oficial quer é a impunidade. Entretanto, ele condenado por crime político transitado em julgado, serei eu o primeiro a absolvê-lo da deserção." Baseei minha defesa perante o Supremo Tribunal Militar - ainda ali na Praça da República no Rio de Janeiro - justamente no entendimento do Ministro Pires e Albuquerque. Foi a primeira absolvição pelos tribunais em processo por crime de deserção.

Do meu casamento com Glorinha tivemos três filhos: Myriam, Cláudio e Roberto. Myriam nasceu em 6 de novembro de 1928, e é casada com o Gen Ex Moreira, Ministro e ex-presidente do Superior Tribunal Militar, já na inatividade. Cláudio foi funcionário da Petrobrás, ingressando como comprador, trabalhando nas obras de construção da Refinaria Duque de Caxias. Ingressou por seus próprios méritos, em 1957 quando eu chefiava, já agora como general, o Gabinete do Ministro da Guerra, Gen. Lott. Nenhuma interferência tive em sua nomeação, em data bem distante da minha presidência do Conselho Nacional de Petróleo e da Petrobrás. Meu caçula, Roberto, nasceu em 22 de agosto de 1931, já depois da vitoriosa Revolução de 1930, quando fui anistiado. Roberto foi vítima mortal de um acidente, em setembro de 1978, em que um caminhão, fazendo uma ultrapassagem, atingiu seu carro de frente, quando viajava de sua fazenda, em Porto Feliz, para Itu. São meus netos, filhos de Myriam e Moreira: Eduardo, Lúcia, Waldemar e Carlos.

Na minha infância fui muito feliz. Nos seis primeiros meses de vida, sofri todas as moléstias chamadas infantis. Fui também atacado pela peste bubônica; desenganado, abandonado pelos médicos, meus pais recorreram à homeopatia, chamando para me atender o Dr. Murтинho Nobre, sobrinho do célebre Dr. Joaquim Murтинho, Ministro da Fazenda do então Presidente Campos Salles. Venci....

Do terraço da minha casa via operários construindo o Pavilhão Monroe, que mais tarde abrigou o Senado Federal e foi destruído para a construção do Metrô carioca. Divisava, também, o terreno onde hoje é a Cinelândia,

ocupada por uma favela a que chamavam de estalagem. Assisti em 1906 à inauguração da Avenida Central, construída pelo Prefeito Passos já agora no governo Rodrigues Alves. Tomou a denominação atual depois do falecimento do Barão do Rio Branco, em fevereiro de 1912, e cujo cortejo fúnebre, que desfilou do Itamaraty até o cemitério de Caju, assisti com meu pai, grande admirador do Barão. Foi uma perda dolorosa para toda a Nação.

Por volta de 1907 nos mudamos para a Rua Francisco Murotori. Fui matriculado em uma escola pública, na mesma rua, a poucos metros de nossa casa, e dirigida pela bondosa professora D^a Eugênia; cantávamos diariamente os Hinos Nacional e da Bandeira, no início e no final das aulas e, de vez em quando, os hinos da Independência e da República. As escolas eram de tempo integral, com início das aulas às 08:00hs e término às 16:00hs, com intervalo de uma hora para recreio e uma merenda, esta levada pelos próprios alunos.

Nesse ano de 1910 houve a revolta dos marinheiros, pela abolição da chibata, chefiada por João Cândido no comando do "Minas Gerais".

No ano de 1912 terminei o penúltimo ano do curso primário, e quis me candidatar ao Colégio Militar no início de 1913; já saturado de alunos, o Colégio trancou as matrículas. A pressão das famílias, sobretudo dos militares, foi tão forte que o Ministro da Guerra criou um Colégio Militar em Barbacena, em prédio que abrigara o Ginásio Mineiro. Inscrevi-me ao concurso de admissão. Com ótima classificação -2º lugar- fui matriculado no 2º ano de adaptação. O curso do Colégio compreendia dois estágios: Curso de Adaptação, em dois anos, e Curso Geral em 4 anos. Ao final do curso os alunos ou seguiriam a carreira militar, matriculando-se na Escola Militar, ou poderiam candidatar-se a qualquer faculdade de ensino superior; ao final do curso o aluno era reservista de 2ª categoria.

O Colégio de Barbacena foi inaugurado em 18 de agosto de 1913; eu estava com 12 anos. Que saudades tenho do meu Colégio Militar!!! Foi seu primeiro comandante o Cel Afonso Fernandes Monteiro, sendo pouco depois substituído pelo renomado educador, Maj Esperidião Rosas, que fora, antes de sua promoção, Cap Ajudante do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Tive excelentes professores, entre outros o Ten Alonso -álgebra-; o civil Miguel Calmon Du Pin e Almeida-aritmética-; Cap Mundin - português e francês -; Montagna de Souza - física -; Cap Clarindo Mey - química -; Cap Uflacken - inglês e alemão -; Astórico de Queiroz - geometria e trigonometria -. Por uma coincidência, o Miguel Calmon, anos mais tarde, foi professor de aritmética de minha irmã na Escola Normal.

Barbacena, cidade pacata, sem diversões, concorria para que alguns de nossos professores, para aliviar seu tédio, fossem à noite ao Colégio conversar com os alunos e tirar-lhes as dúvidas. Que dedicados professores!! O ensino militar era intenso. Tivemos muito bons instrutores; saliento o Maj Ortegá Barboza, de equitação, e Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá, de esgrima. Ortegá, notável equitador, pertenceu, com o Cap Lima Mendes, outro grande equitador, ao Clube Esportivo de Equitação em São Cristóvão. Desde o 1º ano, nós, alunos fundadores, praticávamos a equitação corrente de picadeiro: passo, trote, galope com mudança de mão, voltas e meias voltas, ladear, recuar etc. Aprendemos, nós e os cavalos, a saltar de maneira racional, com barra no chão, elevada pouco a pouco, durante um longo período, até atingirmos a altura de 1,10m, limite dos nossos matungos. Praticávamos a ginástica à cavalo, tanto no picadeiro quanto a de volteio com o cavalo à guia. Fiz esse mesmo curso de equitação mais três vezes: na Escola Militar com o Cap Orestes Barbosa, na Escola de Aperfeiçoamento com o Ten Anizalak e na Escola de Estado Maior, no Andaraí, com o Maj Oswaldo Rocha, irmão do célebre saltador Rochinha. Os dois primeiros cursos foram da Escola Alemã e os dois últimos da Escola Francesa. Eduardo Sá era um belo tipo de oficial: entusiasmado, com estágio no Exército Alemão, bigodes à Kaizer, lembrava a figura de Joaquim Nabuco; era mestre de esgrima e nos ensinava, principalmente, a manejar o sabre; dizia-nos que era apanhando que se aprendia; avançava e recuava na prancha com elegância; nós, alunos, éramos os sacos de pancada.

No último ano, 1917, fui Cmt-aluno. Nesse ano o Colégio Militar deslocou-se, de Barbacena para o Rio de Janeiro, em trem noturno, para participar da Parada de 7 de setembro. Desfilou garbosamente, sob o meu comando; eu, montado, acompanhado, a pé, pelo corneteiro-mór, de corneta "ré", meu colega e muito amigo Souto Maior, pernambucano de Bezerras. Terminei o Curso em 1917, com 17 anos de idade. Eu e outros colegas, então, também verificamos praça na 4ª Cia de Estabelecimento, situada na Estrada Real de Santa Cruz, na localidade de Realengo. Em fevereiro, uma sexta-feira de carnaval, recebemos um telegrama determinando o nosso comparecimento à Companhia. Disse-nos o Cmt: "chamei-os porque os senhores folgaram até agora e meus soldados trabalharam pelos senhores. Irão, em compensação, ser escalados para os serviços no período do carnaval".

Afinal, chegou o dia; em abril de 1918 tive a glória de ser cadete. Pelo novo regulamento de ensino, o ano escolar passou a ter dois turnos, cada um com quatro meses de aulas, um mês de exames e outro de férias escolares. Cursando-o a partir de abril, o primeiro turno foi comprimido e realizado em apenas dois meses; foi um ensino intensivo, muito difícil. Nesse primeiro ano quase não havia instrução militar; apenas esporádicos exercícios de ordem unida de infantaria, ginástica à baioneta e tiro ao alvo, o que nos proporcionava muito tempo para o estudo. Havia muita liberdade. Após o jantar alguns alunos, inclusive eu, íamos passear, estudar e dormir nas nossas casas no Realengo, as chamadas repúblicas, e só regressávamos à Escola de manhã para assistir às aulas.

A violenta epidemia de gripe que grassou na cidade do Rio de Janeiro, a denominada gripe espanhola, obrigou à suspensão das aulas; fomos dispensados dos exames e aprovados por decreto. Com a classificação, pelos resultados dos exames do 1º trimestre, pude escolher a arma de Artilharia como era meu desejo desde quando, menino, apreciava os exercícios do 1º Grupo de Obuses 105, no velho quartel de São Cristóvão próximo à Quinta da Boa Vista. No 2º ano a Escola sofreu profundas modificações. Foram nomeados novos instrutores, entusiasmados, profissionalmente capazes, e imbuídos da relevante missão que iriam desempenhar. Implantou-se um regime de disciplina rigorosa, mas absolutamente consentida pelo respeito que nos inspiravam os novos instrutores. Zelavam pela nossa conduta, pela correção e limpeza dos nossos uniformes; entretanto, deslizes eram punidos de acordo com a gravidade da falta cometida.

Quero citar nomes dos nossos instrutores, na medida em que a memória me permite, como uma homenagem e reconhecimento pelo muito que contribuíram para a nossa formação profissional. Na Artilharia, chefe do Curso: Maj Pfeil; oficiais: Gustavo Cordeiro de Farias, Orestes Barbosa e Correia Lima. Na Infantaria, Chefe do Curso: Cap Alcoforado; oficiais: Odílio Denys, Falconière e Barbosa Leite. Na Cavalaria: Chefe do Curso: Cap Euclides de Figueiredo; oficial: Ten Paquet. Na Engenharia: Cap Bentes.

Na instrução militar éramos tratados como soldados recrutas; no fim do 2º ano podíamos nos considerar aptos para exercer todas as funções de soldado, cabo e sargento da arma, inclusive das especialidades existentes, como balizadores, esclarecedores, etc., assim como a transmissão de comandos por meio de aparelhos óticos –Morse - e por meio de bandeirolas. No 3º ano fomos instruídos para exercer as funções de tenentes, principalmente o comando da Linha de Fogo, e de capitão, na conduta da observação e comando do tiro. Praticávamos o tiro à giz, dentro da técnica de tiro alemã vigente à época. Realizamos um tiro de bateria em Gericinó, campo de instrução que muito usamos nos exercícios. Ainda como aluno do 3º ano, tive a alegria de, como chefe de peça, participar da parada em homenagem ao Rei Alberto, da Bélgica, o Rei Soldado, que resistiu bravamente, com seu pequeno Exército, à invasão do seu território pela ala direita do Exército alemão, em busca do envolvimento da ala esquerda dos franceses, e desbordamento de Paris por Leste; recordo-me da brava resistência de Liège.

Chegou dezembro... exames. Fui aprovado em 6º lugar em uma turma de 45 alunos. Em 18 de janeiro de 1921 fui declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia. Sentia-me orgulhoso e capaz de desempenhar com eficiência as minhas atribuições de oficial em início de carreira.

Minha primeira unidade foi o 4º Regimento de Artilharia Montada em Itu. Lá servi durante três anos de intensa atividade profissional; fui educando e educador; aprimorei meu espírito militar e meu amor à Pátria. Em 28 de fevereiro de 1921 eu e meus colegas Roberto Drumond e Odílio Denys fomos classificados no 4º Regimento em Itu. Queríamos conhecer o país. Nossa classificação na turma, por critério de merecimento e não mais antiguidade, nos permitiria escolher a Guarnição de Rio de Janeiro. Ansioso para iniciar minhas atividades de oficial, dispensei parte do trânsito e parti de São Paulo por via férrea, único meio de transporte existente, chegando a Itu depois de uma viagem de quase três horas com baldeação em Mairinque.

No dia 1º de março apresentei-me ao Regimento, sendo classificado na 5ª Bateria sob o comando do Cap Marones de Gusmão. Fui nomeado Diretor da Escola Regimental; no mesmo mês completei o interstício e fui promovido a 2º Tenente. O Regimento contava com uma oficialidade brilhante, chefes cultos, mas poucos, principalmente os mais jovens, dispunham de razoável tirocínio profissional. Dominamos a instrução cuja duração era de 06.00 às 10.00 horas pela manhã e de 14.00 às 16.00 à tarde, além dos cursos de sargentos e oficiais. Acabara de chegar ao Regimento o Regulamento de Educação Física no modelo francês. Com seu auxílio modernizamos imediatamente a instrução; passou a ter acompanhamento médico e os instruendos classificados pelo vigor físico. Meu desempenho me classificou no grupo dos médios; como instrutor não me conformava.

As tardes das 4ª feiras e sábados eram destinadas à faxina e à manutenção do armamento e do material. Conseguimos empregar as tardes dos sábados à frente dos nossos soldados armados com pás e picaretas de sapa, e ainda com as carroças do suprimento, nivelar uma grande área no fundo do quartel. Em curto prazo, construímos uma verdadeira "Praça de Esportes"; campo de futebol, pistas para corrida, para lançamento de peso, dardo, e salto em distância; aparelhos para salto em altura; um pórtico com cordas e hastes de ferro para exercícios de trepar; argolas, trapézios e barras fixas tudo como previsto no respectivo regulamento. Construímos uma pista para a prática do salto a cavalo, com obstáculos fixos, muros, troncos, fosso, piano e espaço para obstáculos móveis. Mais tarde foi construída uma piscina olímpica. Tudo o que dependia de mão de obra especializada e acarretava despesas, foi realizado de boa vontade por nossos chefes a nosso pedido. A prática de Educação Física e esportes era tão intensa e variada, que apelidamos a nossa querida unidade de "4º R.A.M. Esporte Clube".

O ensino primário era ministrado por professores públicos estaduais; ao diretor da Escola Regimental competia supervisioná-lo quanto à frequência, horários, material escolar e disciplina; competia, ainda, ao diretor, lecionar as matérias teóricas indispensáveis aos candidatos aos cursos de cabos e sargentos. Estes, na época eram todos

formados nos Corpos de Tropa e promovidos dentro das vagas neles existentes; só excepcionalmente eram movimentados; não havia, no Exército, Escola de Sargentos das Armas. Além das atividades inerentes aos tenentes e à Escola Regimental, fui designado chefe dos cursos de formação de cabos e sargentos.

Em fins de julho, tivemos uma epidemia de meningite cérebro-espinhal que transformou o quartel em uma vasta enfermaria; as baixas se sucediam. Por determinação superior, acampamos na Invernada onde fomos submetidos a rigorosas medidas preventivas, médicas e sanitárias. Havia três revistas diárias com inalação nasal e tomada de temperatura. No acampamento, um soldado, logo o meu ordenança, apresentou-se com febre na revista da tarde. Conduzido imediatamente ao Quartel, faleceu na manhã seguinte; atestado de óbito: meningite cérebro-espinhal galopante.

A partir da metade do ano foram classificados, e apresentaram-se no Regimento, os capitães Bertoldo Klinger, Canrobert Pereira da Costa, Correia Lima e Altair de Queiroz. Klinger, logo promovido a major, passou a dirigir a instrução. Com a chegada do "Regulamento de Instrução dos Quadros e da Tropa", o célebre RIQT, Klinger metodizou a instrução, organizando, com sua imensa capacidade de trabalho, em pouco tempo, um "Programa Completo de Instrução" para o ano de 1922, com um calendário anexo. Esse programa abrangia a instrução dos soldados, cabos, sargentos e oficiais, com um calendário com as datas de início e fim de cada atividade.

Ano de 1922

Klinger, major fiscal do Regimento -hoje seria o Sub Cmt - dirigia a instrução; fui designado instrutor de Tiro de Artilharia de oficiais. Eu já havia estudado o Regulamento Francês e estava familiarizado com a nova Técnica de Tiro; estou certo que me desincumbi da missão de modo satisfatório. No correr do ano fui, nova e sucessivamente, designado chefe dos cursos de candidatos a cabos e sargentos; com o auxílio do Manual do Graduado de Artilharia do Exército francês, atualizei meus programas de instrução submetendo-os à apreciação do Maj Klinger que os aprovou. Nas tardes de Sábado praticávamos o hipismo compreendendo saltos, caçadas à raposa com obstáculos inopinados, marchas através campo com transposição de obstáculos naturais e treinamento de marchas e raids. As famílias convidadas, inclusive meu pai e minha mãe, presentes por terem ido me visitar, foram conduzidas a um ponto no terreno com vistas para um largo trecho do percurso. Na transposição de um obstáculo, meu cavalo tropeçou e tomamos, ele e eu, um tremendo tombo. Levantei-me rapidamente, montei, transpus o obstáculo e segui meus companheiros. Soube, depois, que meus pais assustaram-se muito; mas, com minha atitude logo após a queda, acalmaram-se. Nessa visita, minha mãe encontrou-se com D^a Anadina, sua amiga e também professora, esposa do Canrobert Pereira da Costa.

Nos primeiros dias de junho, partimos a cavalo para realizar um raid à Pirassununga; realizamos o percurso em três etapas na média de 50 Km diários. Pirassununga sediava o 2º Regimento de Cavalaria Divisionário, comandado pelo Coronel Franco Ferreira. Lá servia o Ten Achilles de Menezes, célebre cavaleiro, que nos presenteou com um belo salto de 1.60 m em barra simples, com seu magnífico cavalo... Após um dia de descanso retornamos à Itu, em duas etapas: Pirassununga-Piracicaba, cerca de 60 Km, e Piracicaba- Capivari- Itu com cerca de 100 Km; em Capivari fizemos um grande alto. Já próximos à Itu, meu cavalo marchava com rédeas soltas, focinho junto ao solo; eu estava cheio de dó, amargurado, sentindo o animal extenuado. Ao transpor a ponte sobre o rio Tietê, em Salto, meu cavalo reconheceu o caminho de casa, levantou a cabeça e obrigou-me a retesar as rédeas com firmeza para contê-lo; compreendi quanto é grande a resistência de um cavalo bem treinado.

Da Revolução de 5 de julho, só tomamos conhecimento quando ela já tinha sido esmagada; só pudemos nos lamentar.

Em setembro seguiu o Regimento por estrada de ferro, para São Paulo, a fim de tomar parte na grandiosa parada do Centenário da Independência. Acampamos no Campo de Marte. Aproveitei uma noite de folga, para assistir no Teatro Sant'Anna, na rua 24 de maio, um espetáculo da companhia francesa "Bataclan", onde se apresentou o inigualável cançonetista Maurice Chevalier e sua companheira Mistinguette, a mulher das lindas pernas.

No dia 7 de setembro recebi meus galões de 1º tenente na grande promoção da Independência. De volta a Itu, participamos de uma campanha de tiro real na fazenda do Pinhal, município de Cabreúva.

Em 1923, mais uma vez acumulei minhas funções de oficial subalterno de bateria, com as de chefe dos cursos de formação de cabos e sargentos. Em julho, comandando a 6ª bateria, marchamos para a fazenda de Ipanema, a fim de participar de uma escola de fogo sob a direção do Maj Klinger. Convém ressaltar que naquela época não se realizavam concentrações de Grupo. Em agosto, tomei parte em um concurso na Sociedade Hípica Paulista, cujos sócios eram os melhores cavaleiros de São Paulo; classifiquei-me em 2º lugar, medalha de prata, em prova destinada a militares. Em setembro segui com o Regimento para São Paulo, pela recém-inaugurada rodovia Itu-Cabreúva-Pirapora-Barueri, para tomar parte no desfile de 7 de setembro e participar, a seguir, da grande manobra da 2ª DI, supervisionada pelo Gen Gamelin, Chefe da Missão Militar Francesa no Brasil.

Ao término da manobra, no final de um almoço de confraternização realizado no Quartel do 4^o RI, em Quitaúna, um político presente levantou um brinde de honra ao Presidente Washington Luiz; grande parte da oficialidade, principalmente os jovens tenentes, permaneceram sentados causando certo mal-estar entre os políticos.

O Programa de instrução para o ano incluía um curso de formação de oficiais da reserva, do qual foi chefe o Cap Correia Lima; fui o seu instrutor de tiro de artilharia. Terminaram o curso e foram declarados Asp a Oficial os professores primários do Estado, Abílio e Proença, que haviam sido incorporados no início do ano pelo sorteio militar. Muitos anos decorridos, fui encontrar o Ten Abílio como Delegado do Serviço Militar em Capivari; o Proença, como Major, foi meu subcomandante no 2^o RO 105 em 1953. Sem dúvida, o primeiro curso de oficiais da reserva foi o de Itu, e creio ter ele inspirado o Cap Correia Lima à criação dos C.P.O.R. do qual é o patrono.

Ainda nesse ano, houve três eventos marcantes: visita do Chefe da Missão Francesa, Gen Gamelin, visita do Gen Badoglio, Chefe do Estado Maior do Exército Italiano e Olimpíadas Regionais. Gamelin, acompanhado por vários oficiais da Missão, teve a oportunidade de apreciar as atividades normais do Regimento; assistiu, entre outros exercícios, à uma sessão de Educação Física, uma demonstração de equitação no Picadeiro e outra de tiro a giz; ainda foi executado um exercício de Marcha, Reconhecimento e Ocupação de Posição, executado pela minha Bateria, em cumprimento à missão dada, e dirigida pelo Maj Klinger. Logo após seguiu-se um almoço, no Quartel, oferecido à Missão. Ao se despedir do Regimento, o Gen Gamelin fez uma pequena alocução, na qual felicitou o nosso comandante, e concluiu com as seguintes palavras: "Tive a impressão de ter passado um dia em um Regimento de Artilharia do Exército Francês".

A visita do Gen Badoglio foi protocolar. Passou em revista o Regimento formado a cavalo, com suas viaturas em coluna, o qual desfilou logo após em sua honra prestando-lhe continência... Visitou o Quartel, assistiu evoluções do Regimento e, finalmente, participou de um almoço durante o qual foi saudado pelo nosso comandante.

Seguiu-se o último evento importante do ano: as olimpíadas. O Regimento estava materialmente bem equipado para sediar as Olimpíadas Regionais; com a duração de uma semana, foi uma magnífica demonstração de atletismo militar e de camaradagem.

Ano de 1924

A instrução manteve o mesmo ritmo dos anos anteriores. Tendo o Cap Intendente sido suspenso de suas funções, em 4 de fevereiro fui indicado para substituí-lo. Na passagem do cargo procedi a um levantamento completo da situação financeira da Unidade. Havia uma diferença de caixa; o capitão concordou cobri-la com seus vencimentos e a ajuda de custo por sua transferência; não foi suficiente; para evitar ainda maiores danos Moraes resolvi assumir o restante da dívida. Redigi em seguida uma parte, publicada no Boletim Diário, espelhando a situação da tesouraria, com todos os créditos e débitos. O capitão concordou, por escrito, com os termos da parte. Aprofundi-me no estudo do Regulamento de Administração do Exército para, com presteza e segurança colocar em ordem a escrituração da Unidade e prestar contas perante o Conselho de Administração.

Em 26 de março, foi publicada, em Boletim Regimental, com referências elogiosas, a aprovação da minha prestação de contas. Em 3 de julho o Regimento deslocou-se para Indaiatuba para realizar a sua campanha de tiro real. A 7 de julho, por ordem do comandante da A.D., foram suspensos os exercícios e, nesse mesmo dia, o Regimento adentraria o seu Quartel. De regresso à Itu, fomos informados da eclosão de um novo movimento revolucionário, de 5 de julho. O Major Klinger já havia sido transferido para Fortaleza de Itaipu em Santos, por haver apresentado queixa contra o comandante do Regimento, o Cel Escobar. O Regimento aderiu à Revolução. O Cel Escobar, o único de nossos comandantes que não conquistou a estima dos seus comandados, foi preso pelo Ten Alcides. O Cap Raul, só ele, não aderiu ao movimento. Era um esportista querido por todos, o único oficial que fazia a "cruz" nas argolas. Não o prendemos; manteve a sua liberdade.

O Regimento, no dia 8 de julho, marchou para São Paulo via Jundiaí; soube-se, pelos jornais, que a cidade de São Paulo já havia sido tomada e abandonada pelo governo do Estado. Comandava a minha bateria o Cap Estillac Leal. Tomamos posição no Jardim da Luz; atiramos muito nas direções da Luz e do Cambuci. Certa vez, por ordem do Estillac, desloquei uma peça para a rua João Caetano, a fim de fazer frente a um carro de combate que, diziam, marchava por essa rua em direção ao Jardim da Luz. Fui comandando pessoalmente a peça; assumi a função de cabo apontador, com a intenção de atirar granada com retardo na parte inferior do carro. Foi tão longa a espera que dormi sentado. Recebi ordem de retornar a peça à bateria; a presença do carro de combate não passara de um simples boato. Passados alguns dias a nossa munição escasseava e a revolução marchava para o seu final. Inadvertidamente, eu deixara a chave do cofre no Quartel, em meu quarto. Temendo sua abertura indevida, pedi ao Cap Estillac, meu comandante, permissão por 24 horas para ir à Itu. Dada a permissão, dirigi-me para o Regimento de automóvel, dirigido pelo Sargento Diogo, da tesouraria, via Campinas. A cerca de 2 Km de Indaiatuba, o meu carro bateu de frente contra o barranco da estrada. O choque foi violento; com a cabeça quebrei o para-brisa do carro,

sofrendo profundo corte na face e nos lábios. O motor do carro não funcionava. Marchamos à pé até Indaiatuba; eu comprimia com a mão, o rosto que sangrava muito; sentia que a artéria facial havia sido atingida. Fui socorrido pelo médico da farmácia, em Indaiatuba, que suturou a artéria e a face com cinco pontos. Baixado à enfermaria, alimentava-me com líquidos por meio de um canudo.

Acontece a derrota e a retirada das Forças Revolucionárias. Ainda não curado, abriguei-me na Fazenda da minha sogra. Certa manhã, diviso no portão da fazenda um caminhão com soldados do Exército; era a tropa legalista do sul, vinda de Sorocaba; compreendi logo que estavam à minha cata. Fugi, pulando uma janela do fundo da casa, e ocultei-me em uma moita no pomar; vi um soldado a poucos metros, mas não fui visto. Todos os empregados da Fazenda negaram a minha presença, inclusive um, o Marianinho, que foi ameaçado de morte. Alguns anos mais tarde recompensei-o, presenteando-lhe com um pequeno sítio, que almejava comprar, e onde viveu como proprietário. Vivi uns trinta dias em um rancho construído na mata da Fazenda, sendo as refeições levadas pelo Marianinho. Limpava o pus do ferimento com um lenço; felizmente a infecção não se agravou. Um fazendeiro em Itu, simpático ao movimento e amigo da família, sabia que os Ten Clesteiner Barbosa, Souza Carvalho e Jaime de Almeida estavam refugiados em uma fazenda em Amparo; propôs-me levar-me até lá. Aceitei. Foi uma festa o nosso reencontro. Passada uma boa temporada, os três resolveram mudar-se para São Paulo; não quis acompanhá-los; preferi ficar aguardando a oferta que me foi feita por um amigo do Sr. João, proprietário da Fazenda em que estava homiziado, para dirigir uma serraria que iria adquirir. Aconteceu que o proprietário da serraria, um turco, incendiou-a após uma briga séria com a mulher. O negócio gorou.

Ainda em Amparo recebi uma carta do Souza Carvalho, convidando-me para ir a São Paulo participar de um novo movimento que se projetava. Deu o endereço da casa onde residiam e pediu-me que levasse a sua pistola que esquecera na Fazenda. Não pestanejei; aluguei um taxi e viajei toda a noite para chegar ao amanhecer ao endereço indicado. Perguntei pelo Ney, nome de guerra do Souza Carvalho, e a resposta foi: "Polícia". Os três já estavam trancafiados, ficando um agente de polícia aguardando-me, pois sabiam que havia mais um que estava para chegar. Ficamos os quatro recolhidos à Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo, o célebre DOPS. Ficamos alojados em uma sala nua, sem mobília, contígua à sala do cafezinho dos detetives, para sermos conhecidos por todos eles. Sofremos uma guerra de nervos; queriam vencer-nos pelo cansaço; inutilmente, pois confessamos tudo. Os interrogatórios eram feitos de madrugada; queriam mais detalhes sobre o movimento. O café da manhã, o almoço e o jantar, as três refeições, eram servidas juntas à noite. O delegado, Dr. Abrilino, pedia desculpas e dizia ser consequência da desorganização da fornecedora. Teimavam em não comunicar nossa prisão à Região Militar. Ficamos oito dias na referida sala, de pé, deitados ou sentados no chão, com as pernas estiradas ou recolhidas; um grande castigo, uma forma de tortura. Somente findo esse prazo foi nossa prisão comunicada à 2ª Região Militar, que nos encaminhou ao velho casarão da Hospedaria dos Imigrantes no Brás, convertida em uma grande prisão. Lá se encontrava recolhido um general cujo nome não me recordo (foi o construtor do Forte de Itaipu em Santos), oficiais, sargentos e soldados do Exército e da Polícia Militar e civis revolucionários.

Meu companheiro de beliche era o Eduardo Gomes - ele embaixo e eu em cima - por ser ele mais graduado. Mesmo presos, respeitávamos a hierarquia militar. Num salão térreo do presídio realizavam-se as sessões de julgamento. Não me recordo do nome do Juiz, homem realmente justo e bondoso, mas lembro-me do Procurador da República, Dr. Carlos Costa, moço, simpático, afável com os réus mas implacável no cumprimento do dever. Nossos advogados, voluntários e gratuitos, pertenciam, todos, ao recém-criado Partido Democrático, cujo presidente era o meu advogado, Dr. Francisco Morato. Foram magistrais; dignificaram a classe. Fomos condenados a dois anos de prisão e, em consequência, transferidos para o 2º Batalhão de Caçadores, no bairro de Sant'Ana. Lá, eram os presos tratados com dignidade e como camaradas; permitiam nossas saídas sob palavra. Durante o tempo que lá estive, fui umas três vezes a Santos visitar minha noiva; honrávamos a confiança em nós depositada.

Do alto da colina onde se situava o Quartel, divisava-se o Campo de Marte, utilizado como campo de aviação. O Eduardo Gomes passava o dia assistindo a decolagens e pousos de aviões; às vezes fazia-lhe companhia e ouvia dele o comentário: "muito bem; primeiro a cauda." O Batalhão fazia treinamentos de "funeral"; curiosos, queríamos saber a razão daqueles exercícios. O Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado e que abandonara a cidade fugindo para Guaiauna, na Central do Brasil, agonizava e logo veio a falecer; foi enterrado com todas as honras militares prestadas pelo Exército e Polícia Militar. Não me regozije com isso. Do 2º Batalhão fui transferido para o 1º R.I., na Vila Militar. Baixei ao Hospital Central do Exército, 14ª Enfermaria, janelas gradeadas, sentinela à porta. Apesar de todo o aparato, a prisão era muito agradável; protegidos pelas enfermeiras - irmãs de caridade - sobretudo pela Irmã Gabriela, passávamos as noites em casa e voltávamos de madrugada viajando na 2ª classe, nos reboques dos bondes elétricos, para evitar sermos reconhecidos. Do Hospital fui transferido para a Ilha Grande sem nunca ter sabido o motivo; antigo Lazareto da ilha, no Império, foi transformado em prisão política.

Cito alguns companheiros, aqueles hoje mais conhecidos: Eduardo Gomes, Roberto Carneiro de Mendonça, Moreira Lima - pai daquele que foi Ministro da Aeronáutica - Leônidas do Espírito Cardoso, pai do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Da Ilha Grande fui transferido para o 2º RI na Vila Militar. Fiquei incomunicável sem nenhuma razão de ser; foi a única prisão em que me senti humilhado.

Minha mãe fez uma viagem, da Gávea à Vila Militar, para visitar-me; proibiram-na de ver o filho; um oficial, querendo ser gentil, disse-me: "sua mãe está aí fora, proibida de entrar; quer vê-la? Suba no banco e olhe-a pela vidraça". Agradei e mantive-me impassível; o comandante do Regimento devia ser um bernardista extremado. Do 2º R.I. fui novamente para o Hospital Central do Exército; penso que por manobras de meu pai. À propósito, certa feita propuseram, ao meu pai, meu internamento no Hospício; não aceitei pois mais tarde iriam dizer: este é louco, já estive internado lá. No Hospital fiquei realmente doente; tive uma bronco-pneumonia, complicada com congestão hepática; fui salvo pela irmã superiora que em sua visita diária reclamou: "o tenente Levy está morrendo"; saíram correndo em busca de socorro. Formada uma junta médica composta pelo Dr. Tourinho, Diretor, pelo Vice Diretor e pelo Dr. Thales Martins, Diretor Clínico, aplicaram-me uma injeção na veia de soro glicosado.; à noite já estava bom. Fui transferido, por determinação da Junta Militar, para o Depósito de Convalescentes de Campo Belo, próximo à Rezende; seu Diretor era o Major Boaventura; tínhamos a cidade como menagem. Como companheiros lá estavam o Jaime de Almeida, o Landerico de Albuquerque Lima, que mais tarde viria a morrer em um navio torpedeado, e o Ciro do Espírito Santo Cardoso. Era nosso intendente, por coincidência, o Cap Felicíssimo Cardoso, irmão do Ciro. Conheci toda a família do nosso Presidente; todos revolucionários: o avô, Gen Espírito Santo, Ministro da Guerra em 1932; o pai, Leônidas; e os tios: o Ciro, também, mais tarde, Ministro da Guerra; o Felicíssimo e o Dulcídio, que foi Prefeito do Distrito Federal depois da revolução de 03 Out 1930.

Do Depósito de convalescentes fui transferido duas vezes para o Hospital Militar de São Paulo: a primeira vez para prestar esclarecimentos à Delegacia do Tribunal de Contas em São Paulo, e a segunda vez, como réu, num processo criminal movido pela 2ª Auditoria Militar.

Na minha defesa procurei esclarecer a diferença entre saldo e excesso; o quantitativo da alimentação das praças era o resultado do número de homens/dias arranchados, multiplicado pelo valor da etapa; ele era sacado mensalmente junto com os vencimentos das praças; era um saque "à posteriori", não poderia haver excesso. Convém salientar que recolhi a importância aproximada de oito contos de reis, correspondente ao excesso no trimestre. Citei os artigos do Regulamento do Rancho e da Forragem pertinentes ao assunto, e, ainda, um Aviso do Ministro da Guerra, Gen Setembrino de Carvalho, publicado em Boletim do Exército de fevereiro de 1926, que dizia, mais ou menos, o seguinte: "Não tendo o Tribunal de Contas querido distinguir excesso de saldo, determino que, doravante, todos os saldos da verba de forragem, de qualquer natureza, sejam recolhidos às repartições pagadoras". Terminei minha defesa afirmando: "Agi respeitando a Lei Orçamentária, a legislação existente no Ministério da Guerra" e, com certa dose de insolência, acrescentei: "Espero ser absolvido, a não ser que esse Tribunal queira ser injusto e arbitrário". O Tribunal deu baixa em minha responsabilidade. Em 1927 fui posto em liberdade. Casei-me em 31 de março de 1928.

No final desse mesmo ano tive minha sentença agravada, pelo Supremo Tribunal Federal, para uma condenação de cinco anos. Chamado, por edital, não me apresentei; ainda em 1928 fui com minha mulher para Paranaguá e, posteriormente, para Jacarezinho. Em dezembro de 1929, aceitos os embargos pelo STF, voltei à condenação de dois anos; julgando-me, então, já livre, apresentei-me ao D.G.P. Ledo engano; considerado desertor continuei preso por quase mais dois meses; absolvido, fiquei finalmente livre, retornando ao D.G.P. com a obrigação de me apresentar diariamente. Nessa mesma situação encontrava-se a quase a totalidade dos revolucionários. Foi quando Prestes declarou-se comunista. Fiz publicar nos jornais que, a partir dessa data, dele me desligava e não mais o considerava como chefe. Em consequência fui repreendido pelo Ministro da Guerra.

Revolução de 1930

No dia 1º de outubro, ao entardecer, o tenente Falconièri foi à nossa casa convidar-me para participar de um movimento revolucionário que iria eclodir a partir do dia 3, em Minas e no Rio Grande do Sul. Aprazamos nosso embarque para Minas, pelo trem noturno, para o dia seguinte. Viajavam no mesmo trem o Ten Cel Souza Filho e os tenentes Falconièri, Eduardo Gomes, Delso Mendes da Fonseca, Tasso Tinoco, Nelson de Melo, Oswaldo Cordeiro de Farias e eu. Desembarcamos, de madrugada, em Barbacena, com exceção do Cordeiro de Farias que seguiu viagem para Belo Horizonte. Às 17.00 horas fomos informados, pelo Senador, Dr. Antonio Carlos de Andrade, que residia nessa cidade, do levante do Rio Grande do Sul e de Minas, tendo à frente o velho Dr Olegário Maciel. O Senador Antonio Carlos eu já conhecia desde os tempos do Colégio Militar; era pai e tio de dois colegas meus: Antonio Carlos Lafayette de Andrade e José Bonifácio de Andrada. Aquele atingiu a alta posição de Ministro do Supremo Tribunal Federal e este, a de Engenheiro e Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e,

ainda, de Deputado Federal e líder na Câmara, no Governo Geisel. O Ten Cel Souza Filho, o mais antigo, assumiu o comando do movimento; designou-me para comandar dois Batalhões: um de Voluntários Mineiros e outro da PM; em consequência fui comissionado no posto de major, por imposição hierárquica; e só por isso.

Minha primeira missão foi a de cobrir Barbacena contra qualquer ação do 11º R.I. de São João Del Rei. Conduzi meu Grupamento de Batalhões para as alturas da margem Sul do Rio das Mortes, de onde divisava a ponte sobre o Rio, e o Quartel do Regimento em uma colina da margem oposta. Um pelotão na "ponte", comandado pelo Ten Guedes., como vim posteriormente a saber, dera início à sua destruição. O Maj Fulgêncio, comandante do Batalhão Policial, assentou uma metralhadora para atirar contra o pelotão. Evitei uma chacina; proibi-o de atirar. Insistiu; queria atirar a todo custo; bufava de raiva; salivava com abundância. Temi uma reação. Convenci-o de que os disparos iriam denunciar nossa presença, com prejuízo de ações que planejara, de caminhar ao longo das colinas da margem sul do Rio, atravessá-lo a pé - o Rio dava vau - e, de madrugada, atingir as alturas que dominavam o Quartel. De fato foi assim que procedi. Ao clarear do dia vi, drapejando no topo de um mastro, uma bandeira branca; fiquei aliviado. Durante a noite anterior fora redigida uma "ata" de adesão ao movimento, assinada pelo Cmt e todos os seus oficiais; o Regimento não se rendeu: aderiu.

A missão seguinte determinava a ocupação da região de Igrejinha, Estação da Rede Mineira de Viação no Ramal Lima Duarte-Bom Jardim, a fim de cobrir o flanco direito do ataque principal a Juiz de Fora. Já em Igrejinha recebo um bilhete do Eduardo Gomes, que agia em missão de reconhecimento, no qual me informava: "Levy, estou com minha papagaiada- uma vintena de voluntários mineiros a cavalo- em São Francisco; vou prosseguir na direção do Morro do Cristo". Esse morro ficava já em Juiz de Fora, a leste da cidade. Desloquei meu Grupamento para S. Francisco, quando recebi ordem de cessar fogo, em decorrência da eclosão do Movimento de Pacificação, no Rio de Janeiro, chefiado pelo Chefe do Estado Maior do Exército, Gen Tasso Fragoso. Estava preso no Forte de Copacabana o Presidente Washington Luiz; era o dia 24 de outubro de 1930.

Juiz de Fora foi ocupada pacificamente; recebi ordem de liberar os meus batalhões. Quis o major Fulgêncio que eu o promovesse a Ten Cel; "mande uma costureira pregar-lhe os galões nas mangas" foi a minha resposta. Em Juiz de Fora tiramos uma fotografia para a história, inclusive com dois civis: o Dr. José Eduardo de Macedo Soares, jornalista, Diretor do "O imparcial" do Rio de Janeiro, e o Dr. Pedro Ernesto, conceituado médico, nomeado, após a vitória, Prefeito do Distrito Federal. Ainda na cidade, recebi a visita de minha mulher que procurara o Gen Klinger, Chefe de Polícia da Junta Governativa, para indagar se poderia dar informações sobre o seu marido. Perguntou-lhe, Klinger, se não gostaria ela de ir ao meu encontro; tendo resposta afirmativa forneceu-lhe um salvo-conduto. Estávamos hospedados no "Grande Hotel". Tendo eu sido liberado, partimos para o Rio, apresentando-me, então, ao Departamento do Pessoal da Guerra; no Departamento, entregaram-me um ofício do Comandante Geral da PM, indagando-me se realmente havia promovido a Ten Cel o Maj Fulgêncio. Respondi afirmativamente. Fulgêncio foi um herói; faleceu na Serra da Mantiqueira, em combate contra as forças revolucionárias paulistas, em 1932, junto ao túnel que, em sua memória, passou a chamar-se "Túnel Cel Fulgêncio".

No dia 15 Nov reverti ao serviço ativo do Exército, beneficiado pela anistia; e no dia 16, fui promovido a Capitão, contando antiguidade a partir de 26 Out 1929, data em que seria promovido não fosse eu condenado. Classificado em Itu, com imensa satisfação apresentei-me pronto para o serviço, em 17 de novembro. Recém chegado ao Regimento, sou procurado por uma "comissão" de ituanos, da mais alta honorabilidade, grandes fazendeiros, altos comerciantes, médicos, advogados e até um político da oposição, solicitando meu empenho para a nomeação do Sr Joaquim Galvão da França Pacheco para prefeito da cidade. Não vi nenhum empecilho; ao contrário, seria uma colaboração ao João Alberto, interventor no Estado. Escrevi-lhe uma carta, esclarecendo a razão do meu pedido. Para minha surpresa foi nomeado um cidadão estranho ao município. Indignado, escrevi nova e dura carta ao João Alberto, velho colega e amigo da Escola Militar, pedindo a revogação do seu ato.

Passados alguns dias fui procurado, no Quartel, pelo Sr Joaquim Galvão, que me informou que o prefeito nomeado estava na cidade, e pedia cinco contos de reis para apresentar seu pedido de demissão; e perguntou-me se eu iria atendê-lo. "Nem um só tostão" foi a minha resposta. Parti imediatamente para São Paulo para, num encontro pessoal com o João Alberto, esclarecer o que se passara. Sem me dizer nada mandou buscar minha carta e deu-me para ler o despacho nela exarado: "Um prefeito nomeado por engano não pode continuar; seja demitido o fulano e nomeie-se o Sr Joaquim Galvão, de acordo com os dizeres desta carta." Terminada a leitura, disse-me: "você é que vai nomear o seu prefeito". Recusei; ele insistiu dizendo-me que precisava do meu apoio; não tive como fugir. Fui nomeado Prefeito das Municipalidades. O cargo que ia assumir fora desempenhado por ilustres personalidades paulistas: Orlando Leite Ribeiro, Christiano Altenfelder Lima e um representante do Partido Democrático, cujo nome não me vem à lembrança. Sua missão precípua era nomear e demitir prefeitos. Senti que era necessário fiscalizar mais profundamente a atuação deles. Com esse objetivo criei o Departamento de Administração Municipal de São Paulo, fixando-lhe as seguintes atribuições: propor a nomeação e demissão de prefeitos; controle

financeiro dos municípios; aprovação das leis municipais; cooperação mútua entre Estado e Municípios; e julgamento de recursos contra atos do prefeito. A organização foi a mais simples e pouco numerosa: 1 - Consultoria Jurídica; 2 - Secretaria Geral (Chefe, Assistente e Auxiliares para trabalhos de datilografia e arquivo); e 3 - Secção de Contabilidade (Contador-chefe, contadores e auxiliares).

O efetivo total do Departamento era de uma vintena de funcionários, quase todos oriundos da Assembleia Legislativa, em recesso; o Secretário Geral, Paulo Egidio, ex-secretário da Assembleia, excelente funcionário, tornamo-nos amigos; a Consultoria Jurídica, lotada por dois advogados, Dr. Antonio Fontes e Álvaro Miguez de Melo. Jamais suprimi a liberdade dos prefeitos no que tocava ao peculiar interesse do município. Com minha experiência da administração militar, senti a urgente necessidade de normalizar a administração financeira dos municípios. Minhas diretrizes para a realização do trabalho foram muito simples: estabelecer normas contidas no Código de Contabilidade Pública; fixar os livros da escrituração municipal; estabelecer normas para concorrência e tomada de preços; limites para pequenas despesas de pronto pagamento; e organizar o orçamento-padrão visando facilitar sua fiscalização e estatísticas.

Deixando a chefia do Departamento com a saída do Gen João Alberto, fui sucedido no cargo pelo Juiz, Dr. Lauro de Camargo, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal, retornei às minhas atividades militares em Itu. Lá, recebi um telegrama do Cel Rabelo, pedindo-me para assumir a chefia do Departamento, cargo para o qual havia me nomeado. Assumindo a Interventoria o Embaixador Pedro de Toledo, a quem não conhecia, fui mais uma vez convidado a assumir a chefia do mesmo órgão. Neguei-me. "Vá ao Rio e diga isso ao Getúlio porque foi ele que o indicou" foi a célebre frase de ordem. Acedi.

Terminada a Revolução Paulista de 32, assumi a Interventoria o Gen Waldomiro Castilho Lima que, com seu destacamento militar do sul, ocupou São Paulo. Achava-me em férias, quando estacionou na porta da casa um automóvel com placa do Palácio; o motorista apresentou-se dizendo que tinha ordem do General para, no retorno, levar-me e à minha mulher, para São Paulo. Fui só. Chegando ao Palácio, e logo após minha apresentação, assim se expressou: "chamei-o para assumir esse cargo que o Sr já ocupou". Recusei. Assim me respondeu: "sou o Governador Militar de São Paulo, é uma ordem; vá assumir o cargo". Não quis discutir; acatei. Não posso, com segurança, situar bem minha atuação em cada período; este relato abrange os períodos em conjunto.

João Alberto teve divergências políticas com o Partido Democrático, ao qual estavam filiados inúmeros prefeitos, muitos dos quais, em solidariedade ao Partido, pediram demissão de seus cargos. Tive que substituí-los. Foi uma operação árdua. Para nomear o Prefeito de Campinas tive muitos dissabores; acabei me decidindo pelo prefeito deposto, Orozimbo Maia, figura muito simpática; lembrava o Barão do Rio Branco. Convocado por mim, compareceu ao meu gabinete e convidei-o para assumir a Prefeitura de Campinas. "Sou perrepista", disse-me; "não compreendo o seu gesto". Retruquei-lhe: "não sou político; reconheço o seu mérito, impondo-lhe, apenas uma condição: administrar apoliticamente". Recuou mais uma vez. Insisti, ferindo-o no seu sentimento bairrista: "nega-se a continuar sua obra? Não quer administrar sua terra natal? Consegui sensibiliza-lo; aceitou; foi nomeado pelo João Alberto. Certo dia convidou-me para mostrar a cidade, levando-me, cheio de entusiasmo a diversos pontos turísticos, principalmente o "Ninho das andorinhas". Almoçamos juntos; ficamos amigos.

Outras nomeações posteriores, não mais decorrentes de crise política, foram menos desgastantes. A Prefeitura de São Bernardo deu-me muito trabalho; havia grande rivalidade política entre os três municípios do chamado ABC paulista, Santo André, São Bernardo e São Caetano. A nomeação para um desses municípios levantava a oposição dos outros dois; nomeei um industrial; agradou. Para a prefeitura de Santos, já na Interventoria do Dr. Pedro de Toledo, tive que contrariar uma facção francamente de esquerda protegida pelo Miguel Costa, um dos chefes da revolução de 1924 e da chamada Coluna Prestes. Propus ao Pedro Toledo a nomeação de um engenheiro, funcionário do Estado, chefe dos serviços de água e esgoto da cidade, Dr. Aristides Bastos Machado. Foi uma nomeação bem recebida pelo povo santista. O Dr. Aristides foi mais tarde secretário do governador eleito, Dr. Armando Sales de Oliveira. A última nomeação que fiz para prefeito foi em 1932, após o término da revolução paulista. Telefonou-me o governador para que demitisse o prefeito de São Bernardo e nomeasse um determinado indivíduo para substituí-lo. Mandei proceder a investigações, como habitualmente fazia. Tratava-se de um jogador profissional, desonesto; transmiti essas informações ao Governador e as dificuldades que tive para nomear o prefeito em exercício; concordou e cancelou o seu pedido. Mais tarde renovou-o; esclareci que se tratava de um indivíduo moralmente incapacitado para exercer o cargo. "Isso é conversa da polícia; traga-me o decreto que quero assiná-lo." Cumpri sua ordem; mandei, porém, datilografar outro decreto de minha exoneração. Chegando ao Palácio disse-lhe: "sua ordem foi cumprida; trouxe os decretos de exoneração e nomeação dos prefeitos de São Bernardo; antes, quero que o Sr assine este aqui", e entreguei-lhe o decreto de minha exoneração. Leu-o e retrucou: "o senhor não quer colaborar comigo". "Não chefiu ladrões" foi minha resposta. Assinou o decreto exonerando-me, e deu-me ordem para deixar São Paulo em 24 horas.

Durante o exercício das funções do meu cargo eu viajava muito; percorri quase todo o Estado, inclusive as regiões mais pobres: Cananéa, Registro, Pariquera-Assú etc. a fim de conhecer minhas prefeituras, verificar a situação de cada uma, sentir os anseios da população. Numa visita a Jaú, acompanhando o João Alberto, jantamos na casa do político e fazendeiro Almeida Prado. Paulista quatrocentão. Toalhas de linho bordadas, louça de Limoge com brasão da família; copos de cristal bacarat... Muitos paulistas nos consideravam invasores; nele notei uma certa simpatia pelo nosso trabalho.

São Paulo, apesar de ser o Estado mais rico da Federação, abrigava em suas delegacias policiais, centenas de doentes mentais. Tive a oportunidade de assistir cenas chocantes, deprimentes. Na tentativa de achar uma solução, mantive entendimentos com o Dr. Pacheco Silva, distinto médico, pertencente a uma antiga família ituana, Diretor do Hospital do Juqueri. Mostrou-me a impossibilidade de atender ao meu pedido pois o manicômio já se encontrava superlotado. O hospital do Juqueri era um conjunto de pavilhões, não interligados, e havia espaço para a construção de muitos outros. Cada pavilhão, ao custo de oitenta contos de reis, abrigaria quarenta doentes. Disse-me que se obtivesse os recursos, construiria os novos pavilhões e abrigaria os doentes. Consegui de cada prefeito o compromisso de obter, quer com recursos próprios da prefeitura, quer com a contribuição da sociedade local, a importância necessária à retirada dos doentes das delegacias dos municípios.

Outra meta a que me propus foi a de retirar das estradas paulistas os hansenianos que nela perambulavam, esmolando. Dirigi-me ao Secretário da Educação, meu vizinho, no velho "Palácio do Governo", Dr. Salles Gomes, ilustre médico sanitaria, que reivindicava para a sua secretaria a caridosa missão. Construí cinco lazaretos, entre eles o de Pirapitingui, perto de Itu, o de Bauru e o de Cocais. As prefeituras colaboravam com a doação dos terrenos e as obras de infraestrutura.

Procurado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, no meu Gabinete de trabalho, pediu-me a colaboração das prefeituras para a grandiosa obra que estava implantando: o Correio Aéreo Nacional. A navegação aérea era à vista e não como hoje, por instrumentos; pedia ele a pintura dos telhados das estações ferroviárias, nas rotas estabelecidas, com o nome da estação em grandes letras brancas, e a reserva de terrenos para futuros campos de aviação. Expedi uma circular, ainda me lembro do seu número - 35 - em que determinava aos prefeitos as providências pedidas e explicitando as especificações a serem atendidas, a saber: comprimento mínimo de 400 metros, cabeceiras desimpedidas e livres de fios de transmissão elétrica; condições ridículas para os aviões de hoje. Acontece que muitos dos terrenos escolhidos atendiam em excesso às exigências de então e são hoje grandes aeroportos como os de Campinas. Bauru, Ribeirão Preto Rio Preto, Araraquara, entre outros.

Vivendo em Itu, aprendi que só as famílias de classe média alta tinham a possibilidade de arcar com as despesas necessárias para a matrícula de seus filhos em escolas de ensino médio (antigo ginásio). Consegui do Gen Rabelo, como herança de seu governo, decreto redigido com o auxílio do Secretário Geral da Educação, Meireles Reis, criando o Ginásio Estadual de Itu, "Regente Feijó". O Prefeito de Itu, Joaquim Galvão da França Pacheco utilizou recursos da prefeitura para, num grande sobrado do Estado, do Grupo Escolar Convenção de Itu, sua instalação imediata, precisamente nesse prédio na Rua da Palma.

São Paulo praticava uma política de valorização do café com a retenção do produto atendendo um determinado volume em Santos, conjugando a liberação dos embarques para o porto com o volume exportado. Era a chamada política Guarda Chuva, que permitia, ao demais países produtores, o desenvolvimento da cultura do café; política semelhante à ministrada hoje pela OPEP. Conhecia bem essa política; além de meu sogro ser fazendeiro de café, eu era amigo dos irmãos Simonsen: o Roberto, da Indústria e Wallace, do Comércio, sócios da Firma Murray Simonsen, corretores de café. O Simonsen era sogro de um cunhado meu. É de se salientar que não era o café somente o principal produto de exportação do Brasil; era, praticamente o exclusivo. Soube que o João Alberto queria liberar o vultoso volume de café, de mais de trinta milhões de sacas; tal medida provocaria queda violenta dos preços e, sem dúvida, a transferência de estoques para os países importadores. Fui ao seu encontro e numa longa conversa, usando toda a minha dialética, procurei convencê-lo a desistir do seu intento. Terminei, pedindo-lhe que refletisse bastante, que melhor se informasse sobre o assunto para não ser responsável por um desastre financeiro nacional. A solução veio mais tarde com a célebre queima do café. Sinto-me feliz com a colaboração que prestei ao Estado de São Paulo, que muito amo.

Demitido do Departamento de Administração em 26 de maio de 1932, pelo Interventor Pedro de Toledo, retornei ao meu Regimento. Nos primeiros dias de julho o Chefe do Estado Maior da 2ª Região Militar, Cel Mendonça Lima, determinou ao Regimento que preparasse uma bateria para embarque com destino a São Paulo mediante ordem. Fui designado para essa missão. Na noite de 8 de julho, quando dormia, fui acordado por um oficial e dois sargentos, pistola em punho, e levado preso até o casino dos oficiais. Insistiram em minha adesão; leram-me um telegrama assinado pelo Gen Góes Monteiro com, mais ou menos, os seguintes dizeres: "Conto com 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões Militares; apelo meus camaradas da 2ª RM, assegurando-lhes que saberei levar o Brasil aos seus altos

destinos". Resisti. Resisti a outros apelos de amigos paulistanos e a um rádio do Gen Klinger; estavam todos eufóricos e certos da vitória; seria uma passeata. Não aderiram também, o Souza Carvalho e dois tenentes. Lamentaram nossa sorte e disseram: "Vocês estão livres". Após a partida do Regimento nós, pelo rádio militar, sentimos que a situação era bem outra; o Sul, Rio e Minas marchavam contra São Paulo sob o comando do Gen Góes Monteiro. Compreendi, então, que o radiograma do Gen Góes apelava não para aderir mas para resistir ao levante paulista. Não poderíamos ficar imobilizados ou neutros; decidimos tentar atingir as tropas do sul. Um amigo, ex-prefeito, nos conduziu no seu automóvel até Piedade. Embrenhamo-nos na mata da serra de Paranapiacaba, marchando num picadão com o objetivo de atingir o Sul pelo litoral; nas proximidades de Jupia encontramos o filho do Prefeito da cidade que, a mando de seu pai, avisou-nos que a polícia nos aguardava na saída da mata. Dois ex-prefeitos vieram em meu socorro. Resolvemos então, retornar e atingir a localidade de Salto de Pirapora, onde o Souza Carvalho tinha um amigo, sitiante, de sua confiança. Decidimos, para evitar a polícia em Piedade, marchar com rapidez; assim, tendo iniciado a marcha de retorno às 18.00 horas, chegamos a Salto de Pirapora às 12.00 horas do dia seguinte, sem qualquer parada. No final da marcha arrastávamos os pés mas conseguimos atingir Pirapora. Minhas pernas, e as do Souza Carvalho, ficaram rígidas; pareciam pernas de pau; levamos uma semana para voltarmos ao normal. Restabelecidos, tendo por guia o sitiante que conhecia os atalhos, marchamos com rumo a São Miguel Arcanjo-Capão Bonito, caminhando à noite e dormindo de dia. Excepcionalmente fizemos um trecho durante o dia e, cerca das 17.00 horas, chegamos às proximidades de Turvo, onde havia uma pequena hidroelétrica; avistamos a ponte sobre o rio; era só transpô-la para alcançar nosso objetivo. Chovia copiosamente; molhados e com frio decidimos passar a noite em uma pequena casa de um sitiante, para secarmos nossas roupas e, pelo menos, tomarmos uma sopa quente. Impedimos a saída dos moradores; acontece que o filho do sitiante, no alto do cafezal, compreendera nosso movimento comunicando nossa presença às tropas paulistas na região. Por volta das 02.00 horas da madrugada fomos acordados por um pelotão da Força Pública que nos dizia repetidamente: "Não adianta resistir; é um pelotão da Polícia Militar que os cerca; impossível qualquer resistência". Fomos conduzidos presos à Itapetininga, ao QG do comando do destacamento sul, do general Taborda. Fomos recebidos de braços abertos por nossos camaradas Djalma Dias Ribeiro, chefe, e Penha Brasil e Justino Alves Bastos. Para nossa surpresa disseram derrotados; a situação era, portanto boa para nós. De Itapetininga fomos conduzidos para a prisão militar da imigração em São Paulo. Força do destino: duas vezes na mesma prisão, uma por ser contra o governo e outra por ser a favor. Da imigração sou conduzido à sua ordem, à presença do general Klinger que me pôs em liberdade sob palavra, na fazenda de meu sogro em Itu. O prefeito revolucionário de Itu passou um telegrama ao Klinger protestando contra a minha presença como uma afronta à população da cidade. Klinger respondeu, responsabilizando-o por qualquer violência contra mim. Sentindo pelos jornais estar próximo do fim a luta e a existência de certa animosidade contra o Klinger, apresentei-me no seu QG com as seguintes palavras: "estou aqui muito grato e desejo ajudá-lo, se necessário, na manutenção da ordem". Disse-me que me enviaria para o Rio, à noite, pelo primeiro trem. Encontrei-me nesse dia com o coronel Herculano, comandante da Força Pública de São Paulo, meu conhecido na interventoria de Pedro Toledo, quando exercia ele o cargo de Chefe da Casa Militar; sabendo que eu iria para o Rio, confessou a difícil situação que se encontrava e que estava disposto a depor as armas caso o Governo Federal assegurasse, aos seus subordinados, a garantia de seus postos. Desembarquei em Rezende e fui direto para o QG do Gen Góes Monteiro; lá encontrei-me com o Cel Canrobert Pereira da Costa, seu Chefe de EM, e transmiti-lhe as informações do Cel Herculano. O Gen Góes fez vir a Rezende um representante da Força Pública do Estado; foi feita a paz. O Governador de São Paulo, ao demitir-me em 7 de janeiro de 1933, solicitou ao Ministro meu imediato afastamento de São Paulo. Embarcando às pressas, apresentei-me ao Gen Góes Monteiro com o qual tive muito bom relacionamento, particularmente sobre informações pessoais dos prefeitos indicados para municípios sede de guarnições militares, quando eu supervisionava os municípios paulistas e era ele, Gen Góes, comandante da 2ª RM, o mais alto cargo militar no Estado. Perguntou-me o que teria havido comigo, e sabendo das razões que impuseram minha demissão, deu uma gostosa risada e perguntou-me onde queria servir. Respondi que desejaria, agora, cursar a Escola de Artilharia que ele tinha impedido, em fins de 1932, para eu não me afastar de São Paulo. Acedeu e determinou minha adição ao Estado Maior do Exército até nova ordem. Aproveitei o tempo de espera à matrícula para retomar meu contato com os assuntos militares. A Escola de Artilharia substituiu a primitiva Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, criada com a finalidade de atualizar os capitães com os ensinamentos da 1ª Guerra Mundial... Atingido esse objetivo, optou o Exército pelo sistema francês da Escola de Aplicação das Armas, sendo efêmera sua duração; voltou-se, novamente à Escola de Aperfeiçoamento com o objetivo, já agora, do estudo da combinação das Armas. Em 1933 fui matriculado na Escola de Artilharia; era seu comandante o Cel (não me recordo seu nome). Em 30 de dezembro terminei o Curso, classificado em 1º lugar.

O Maj Lima Câmara, instrutor da Escola, meu velho camarada de Itu, que tivera a iniciativa de indicar-me para instrutor da Escola, muito cerimoniosamente pediu-me para aceitar a direção do Curso de Aperfeiçoamento de

Sargentos, alegando ser mais fácil arranjar um instrutor para a Escola. Tirei-o do embarço, aceitando imediatamente a nova incumbência. O curso de Aperfeiçoamento dos Sargentos (C.A.S.), no seu primeiro ano de funcionamento, teve por objetivo precípua capacitar grande número de cabos promovidos a sargentos durante a Revolução de 1932, sem a habilitação necessária ao desempenho das funções inerentes à graduação.

Em maio de 1933, assumi o comando do Curso; atribuí-me as funções de comandante de bateria, ministrando-lhes a instrução do soldado, do cabo e do sargento. Foram meus auxiliares os magníficos tenentes Araken de Oliveira, João da Silva Rebelo Ângelo Zilioto e Newton Castelo Branco. Alguns dos meus alunos alcançaram, por mérito, o oficialato. Durante a guerra, entre meus comandados, dois ex-alunos, os Tenentes Amaro e Afonso, exerceram com destaque as funções de observadores aéreos. O Ten Homero, atuando junto a um pelotão do Batalhão Uzeda, foi, sem dúvida, um dos primeiros elementos a tomar pé no topo de Castelo.

Desligado da Escola de Artilharia em 1935, matriculei-me na Escola de Estado-Maior; comandava a Escola, então na Rua Barão de Mesquita, o Gen Regueira e chefiava a Missão Francesa o Gen Noel. O Curso da Escola tinha a duração de três anos. No primeiro ano, realização de estágios nas diversas armas que não dos estagiários e, numa segunda fase, estudo do emprego combinado das Armas no âmbito das pequenas unidades. No segundo ano, emprego das Divisões de Infantaria e Cavalaria no combate; no 3º Ano emprego do Exército. O estudo era ministrado por instrutores franceses e brasileiros, estes em maioria. Consistia, essencialmente, na solução de temas com situações de guerra baseados em casos vividos na Grande Guerra. Procuravam, sobretudo, incutir-nos o precioso método de raciocínio cartesiano francês, baseado nos quatro fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios. Na guerra, vive-se situações que nos levam a raciocinar para a tomada de uma decisão correta.

Durante meu estágio na Escola de Aviação irrompeu o movimento comunista de 27 Nov 1935. Dirigia-me num ônibus, para o Campo dos Afonsos, quando, ao atingirmos as proximidades da área militar, ele foi detido. Prossegui a viagem à pé, atingindo o Regimento de Aviação, comandado pelo Cel Eduardo Gomes. Entrando em seu Gabinete, vi morto no chão o seu telefonista; e ele, Eduardo Gomes, com um profundo ferimento de bala de fuzil em uma de suas mãos. Já estava abafado o movimento comunista. Dois de seus chefes, os Tenentes Aviadores Egliberto e Sócrates eram meus instrutores de navegação e bombardeio aéreo; o curso da Escola era de intensa atividade. Além dos trabalhos, na Escola, pela manhã e à tarde, ainda recebíamos muitos trabalhos para estudo em domicílio, às vezes dois simultaneamente, para solução em curto prazo. Foi um curso precioso e absorvente; passavam-se meses sem ir à cidade, sem visitar um parente; raramente ia à um cinema sábado à noite na Praça Saens Peña.

Ao curso dediquei-me com o maior entusiasmo; coroamos o 2º ano com uma manobra de Quadros na região de Campinas-Pirassununga. O Cap Adhemar de Queiroz comandava uma Divisão do Partido Vermelho; meu Partido era o Azul. O PC da direção de manobra, supervisionada pelo Gen Noel, estava localizado na sede da Fazenda Chapadão. O plano da manobra previa a vitória dos Azuis; acontece que a Fazenda Chapadão era muito confortável e, não querendo abandoná-la, resolveu o Gen Noel reforçar os Vermelhos, tirando do seu bolso uma Divisão de Infantaria. Fomos atacados violentamente e obrigados a manobrar em retirada, cabendo a vitória aos Vermelhos. Finda a manobra, nós, os Azuis, reclamamos do surgimento inesperado dessa Divisão; eu sou o Deus da Guerra, disse o Gen Noel. O Cap Ademar de Queiroz, com sua vitória, foi aclamado "Barão de Pirassununga". Assisti na Cachoeira do Rio Pirassununga o espetáculo maravilhoso da "miracema", os peixes dando saltos enormes para atingirem os locais da desova. A grande manobra do 3º ano, no RS, na Região de Bagé, na qual eu comandava um Exército, foi interrompida devido ao movimento de 11 de novembro de 1937, com o fechamento do Congresso; era o chamado "Estado Novo". Em dezembro, em sessão solene na Escola de Estado Maior, com a presença do Dr. Getúlio Vargas, recebemos os diplomas do Curso de Estado Maior. Como eu estava orgulhoso!!!!

Desligado por término do Curso da Escola de Estado Maior, nós os diplomandos, estagiamos durante os meses de Fev e Mar de 1938 na 1ª Seção do Estado Maior do Exército chefiada pelo Cel Abrilino, com estudos e trabalhos sobre Mobilização do Exército. Fui, a seguir, designado para estagiar no Estado Maior da 4ª RM, situado em Juiz de Fora e instalado no pavilhão de caça de Mariano Procópio. A Região era comandada pelo Gen Esteves que, em 25 de junho foi substituído pelo Gen Maurício Cardoso. Em fevereiro de 1939 fui agraciado com a Medalha Militar pelos meus vinte e cinco anos de Serviço; em abril do mesmo ano o Gen Maurício Cardoso deixa o comando da Região, assumindo interinamente o comandante da Brigada que, contudo, continua em Belo Horizonte; passei, em consequência, a responder pelo expediente do QG, vale dizer, a maior autoridade no QG.

O Gen Barcelos, substituto do Gen Maurício, no decorrer do mês de maio enviou um radio ao QG comunicando a sua partida para Juiz de Fora via férrea. Solicitei imediatamente, por telefone, ao Gen Cmt da Brigada, sua presença em Juiz de Fora; "não, não vou; passe você o comando" disse-me. Assim fiz; recebi o Gen Barcelos, justifiquei a ausência do Gen Cmt da Brigada e o conduzi ao Grande Hotel; no dia seguinte, na hora aprazada, fui buscá-lo para assumir o comando da Região. Foi uma posse simples, sem qualquer solenidade, apenas com a presença de toda a oficialidade do QG. Conhecia o Gen Barcelos há mais de dez anos quando, como revolucionários, ele capitão antigo

e eu tenente, confabulávamos num café do Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. No meu primeiro despacho, ele, já Gen Div, estranhou que eu ainda fosse capitão, confessando-se culpado, por ter sido, na Comissão de Promoções, o relator dos capitães de Artilharia.

A 7 de maio de 1939 fui nomeado Instrutor da Escola de Estado Maior, devendo apresentar-me tão logo terminado o estágio na 4ª RM; entretanto, em junho foi minha nomeação tornada sem efeito a pedido do Gen Barcelos que não queria o meu afastamento do seu Estado Maior. No regresso de uma viagem ao Rio, desculpou-se da minha não indicação à promoção, por ter, em meus assentamentos, uma punição, e perdido 18 meses de serviço, quando servi à disposição dos Governos de São Paulo. A punição, por motivo político, fora, mediante requerimento meu, cancelada em 24 de abril, com base na Lei da Anistia; quanto ao tempo de serviço, deveria já estar averbado em decorrência de solução de consulta feita pelo Gen Maurício Cardoso ao Ministro da Guerra, publicada em Boletim da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, em 18 de maio de 1939. Não a meu pedido, pois jamais me manifestei sobre o assunto, apenas senti profunda tristeza, mas a seu alvedrio, empenhou-se o Gen Barcelos na minha promoção; nada conseguindo do Ministro foi ao Presidente da República.

Com mais de dez anos no posto, apesar de revolucionário, fui finalmente promovido, em março de 1940, juntamente com outro oficial, meu colega de turma no Realengo, mais moderno e sem curso de EM, para preenchimento de uma única vaga. Parece que o Presidente Getúlio, com seu espírito conciliador, quis, ao mesmo tempo, agradecer ao seu Ministro da Guerra e ao seu amigo, Gen Barcelos. Devido à minha antiguidade como capitão, durante a minha permanência em Juiz de Fora, fui, por diversas vezes, chefe das quatro seções do EM, além de subchefe e chefe do mesmo EM Regional, tendo assim a oportunidade de familiarizar-me com todos os assuntos dos EM Regionais. Sentia-me muito feliz em Juiz de Fora; cidade encantadora, agradável, povo afável, vida barata; morava em uma belíssima casa na rua Dr Antonio Carlos, com aluguel menor do que o da minha pequena casa do Rio, na rua Ribeiro Guimarães, Aldeia Campista, próxima à Escola de Estado Maior. O Círculo Militar de Juiz de Fora, em ambiente muito agradável, congregava a família militar. Foi ali que aprendi a jogar bridge, com o Cel Rafael Danton Garrastazú Teixeira; foi também lá que, apesar de não ser carnavalesco, passei um grande carnaval com minha mulher, dançando e cantando as canções da época.

Promovido a Major, assumi em 25 de março de 1940, o comando do II/2º RADC, Segundo Grupo do Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria.; nome pomposo para designar um Grupo de Artilharia a Cavalos. O Quartel era em Uruguaiana, fronteira do Brasil com a Argentina; na outra margem do Rio Uruguai, que demarcava a fronteira, situava-se a cidade de Paso de Los Libres; ainda não existia a ponte entre as duas cidades sendo a ligação feita por pequenas barcaças; meus filhos foram transferidos do Colégio Gramberi, em Juiz de Fora, para o Colégio (não me recordo o nome). Logo ao assumir o comando senti que era caótica a situação do Grupo; decidi impor-me mais pelo estímulo e pelo exemplo, do que pelo rigor disciplinar. A impontualidade era a regra; muito poucos oficiais chegavam antes do início da instrução da manhã. Reuni os oficiais em meu Gabinete e contei-lhes uma exclamação feita pelo Major Klinger, ao entrar na Sala de Instrução de Oficiais no momento em que soava, no relógio, a última badalada da hora prevista para o início da atividade marcada: "Como é bela a pontualidade; para os civis é uma cortesia; para nós, militares, é um dever de todo o dia". Terminei a reunião afirmando estar certo de que, daquele dia em diante, todos os oficiais estariam no Quartel antes do início da instrução. A instrução nas baterias, antes praticamente ministrada pelos sargentos, passou a ser encargo dos oficiais; a instrução dos oficiais e sargentos era uma ficção; reformulei o "Programa Anual de Instrução" e seu calendário; designei instrutores e monitores para os diversos cursos; eu mesmo assumi a direção da Instrução de Oficiais e era o instrutor de Emprego do Grupo e Tiro de Artilharia. Havia um grupo de oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, originários de (não me recordo) na revolução paulista de 1932, cujo trabalho consistia em passar o dia na cozinha do Grupo, tomando chimarrão, e jogando polo duas vezes por semana; para isso, havia no Grupo 16 cavalos que só saíam de suas baias para os jogos. Dei funções a todos esses tenentes; no "Programa Anual" incluí o treinamento de Polo e designei um instrutor. Para mostrar o meu apreço pelo "Polo", adquiri pessoalmente uma pequena Taça que denominei de Taça para despertar a competição entre as equipes do Grupo e do Regimento de Cavalaria, meu vizinho, dois quartéis ligados, sem muros; visei, também, com isso, estreitar mais a nossa camaradagem com cavalarianos. Era o 8º RC comandado pelo Cel Tavares, digno militar, tendo com sub-comandante meu colega de turma de EM, Maj Armando de Moraes Âncora.

Certa feita, na volta de um exercício no terreno, o Cap Covas adentra o Quartel com sua bateria a galope; "Artilharia a cavalo é assim meu comandante"; foi a última vez que isso aconteceu.

Armazenado no Quartel havia, há mais de seis meses, um Grupo de Artilharia 75 C/26, adquirido antes da guerra, com todo o material de topografia, de comunicações, de comando e observação do tiro e arreamento completo; material intocável, - material novo - como era chamado, todo ele amontoado em dois pequenos compartimentos, e, num parque, os canhões. Dois Aspirantes a Oficial, recém chegados ao Grupo, Dirceu de Lacerda Coutinho e Elber de Melo Henriques, conheciam bem esse material, da Escola Militar de Realengo. Organizei três cursos:

para oficiais, sargentos e cabos/soldados. Assumi a direção da instrução sendo meus auxiliares os dois Aspirantes que, na verdade, eram os instrutores. Foram recolhidos os velhos canhões Krupp 75, modelo 1905, passando o Grupo a ser armado com seu novíssimo C 26.

Paralelamente, minha carpintaria passou cerca de quatro meses confeccionando armários, cabides e cavaletes para o armazenamento adequado dos diversos aparelhos e do arreamento. Estava orgulhoso; a instrução era intensa; sentia que outro era o ânimo da oficialidade. Era um outro Grupo; fazia-me lembrar o Regimento de Itu. As obras da "Ponte" ainda não tinham sido iniciadas, mas já havia na cidade um escritório da construtora com algum material armazenado. Consegui do engenheiro-chefe da obra a cessão de uma niveladora que, em poucos dias, nivelou toda a frente do Quartel, transformando-a numa bela praça de formatura.

O Gen Cordeiro de Farias era o Governador Geral do Estado do RS; consegui com ele umas duas centenas de mudas de eucaliptos e outras de maçãs e peras. As mudas de eucaliptos plantei-as nos terrenos do Quartel e as de maçã e pera na casa do Cmt do Grupo; soube mais tarde que estas frutificaram abundantemente.

O Grupo foi inspecionado pelo Cmt da Região, o Gen Leitão de Carvalho. Do programa da inspeção, organizado pelo comando da Região, constava, na parte da manhã, revista ao Grupo, marcha e ocupação de posição com incidente de alarme aéreo; à tarde, visita às dependências do Quartel e demonstrações de instrução de praças, sargentos e oficiais. Dirigi a instrução de oficiais desenvolvendo uma situação tática proposta pelo programa da inspeção. Terminada a sessão, puxando-me pelo meu braço disse-me o General: "logo vi; tem curso de Estado Maior". Ao término da inspeção fez uma longa crítica com fartos elogios ao Grupo por tudo o que tinha assistido.

Em certa oportunidade, indo visitar o Gen Canrobert quando eu era chefe do seu Gabinete, conversávamos os dois quando ele me disse: "que belo trabalho realizamos na 3ª RM". A 10 Out passei o comando do Grupo ao Ten Cel Oscar de Barros Falcão; creio que foi a primeira e única vez que um Grupo de Artilharia a Cavalos foi comandado por um Ten Cel; assumi as funções de sub-comandante e, com o meu espírito militar, passei a atuar da mesma maneira e com o mesmo entusiasmo. Por delegação do Cel Falcão comande o Grupo no Campeonato de Tiro de Artilharia realizado no âmbito regional. Obtivemos o 1º lugar no Tiro de Grupo e os 1º e 2º lugares nos Tiros de Bateria; fui agraciado com Medalha de Ouro e os meus capitães Cmt de bateria com as Medalhas de Ouro e Prata; o nosso Grupo e as suas baterias passaram a ser detentores dos bronzes, troféus da Campanha de Tiro.

Estava com a cavalaria na internada quando, às 9 horas da manhã, sou surpreendido com a informação de que às 11 horas o Adido Militar da Alemanha iria visitar o Grupo, após terminar a visita ao 8º Regimento de Cavalaria; iria em companhia do Gen Álcio Souto assistir a um exercício do Grupo. Queria o Adido alemão conhecer uma residência de oficial; a minha estava bem mobiliada e, por isso foi a escolhida. Seria servido um coquetel; minha mulher solicitou o auxílio da mulher do Cap Abeguar que me telefonou perguntando quem iria pagar a despesa; respondi-lhe que era o Quartel e que não fizesse economia. Na verdade fui eu que banquei a despesa. Foi uma reunião descontraída e alegre e penso ter contribuído para uma boa apresentação do nosso Exército.

Um tempo depois apareceu em Uruguaiana o Eduardo Gomes. Jantou em nossa casa e me disse: Levy, vou tirá-lo daqui; onde você quer servir? Em São Paulo, respondi-lhe. Uma semana depois fui transferido para o EM da 2ª RM, comandada pelo Gen Maurício Cardoso. Apresentei-me na 2ª RM em 10 Jul 1941, assumindo a 3ª Seção; em maio de 1942 participei, nomeado pelo Chefe do EMR, da comissão presidida por ele, destinada a elaborar as questões para os exames, e posterior correção, das provas dos candidatos à matrícula na Escola Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos. Fechada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e criados os Cursos Regionais, como chefe da 3ª Seção elaborei as diretrizes para o funcionamento do respectivo curso na Região, sendo, a 17 de junho, designado Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia, cumulativamente com as minhas funções na 3ª Seção.

Em fins de setembro preparei, pessoalmente, toda a documentação para as manobras regionais com tropa, inclusive a referente ao inimigo e sua representação no terreno; o exercício realizou-se nos dias 6 a 9 de outubro na região de Poá-Itaquera. Já com o país em guerra, realizei os reconhecimentos necessários, e organizei o "Plano de Defesa do Litoral Paulista", contra possíveis ataques de submarinos inimigos. Acompanhei o Cmt da Região em suas visitas às localidades de maior concentração de súditos dos países inimigos; lembro-me de ter assistido desfile de uma escola dirigida por professores japoneses com as "nisseinhas" agitando bandeiras brasileiras.

Transferido o Gen Maurício para o comando da 1ª RM, perguntou-me onde desejava servir. Respondi-lhe que em qualquer lugar do Brasil, menos o Rio, onde o custo de vida era muito alto. Respondeu-me: prepare suas malas; vai servir no meu Estado-Maior e morar em Niterói onde a vida é mais barata. Foi o que fiz; aluguei uma casa à Rua Lemos Cunha, nome dado à rua pelo Almirante Parreiras quando era Governador do Estado. O Ten Cel Lemos Cunha, já falecido nessa ocasião, fora nosso companheiro na Revolução de 1930, em Juiz de Fora.

Em 18 de março de 1943 apresentei-me na 1ª RM assumindo a chefia da 3ª Seção. Tal como na 2ª RM, por determinação do Gen Maurício, organizei o "Plano de Defesa do Litoral Fluminense". Tive, nessa ocasião, a oportunidade de conhecer as belezas do litoral norte do Estado e a majestosa barra do Rio Paraíba do Sul. Em 24 de junho

de 1943 fui promovido ao posto de Ten Cel e, em agosto, assumi a vice-presidência da Comissão Diretora do Campeonato Olímpico Regional. Redigi as Instruções para a Parada de 7 de setembro, nela desfilando no EM do Comando Geral, quando, a galope no Parque do Flamengo, perdi a Medalha de Ouro Gen Porto Alegre, prêmio que recebera no Colégio Militar. O Gen Maurício Cardoso assume a Chefia do Estado Maior do Exército e, por sua indicação, fui designado chefe da 3ª Seção do seu Gabinete em janeiro de 1944. Nos últimos dias de março sou procurado em meu gabinete de trabalho pelo Cel Emílio Ribas que, em nome do Gen Oswaldo Cordeiro de Farias, me convidou para comandar o I/1º Regimento de Obuses Auto Rebocado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária; dava-me dois dias de prazo para responder. Dispensei o prazo concedido, aceitando de imediato o convite, como dever de um soldado para com seu país em guerra.

A ARTILHARIA NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

As divisões brasileiras eram organizadas no modelo francês; para atuar em um exército norte-americano tinham que sofrer modificações em sua organização. No que concerne às armas de infantaria e artilharia, as divisões eram ambas ternárias: três regimentos de infantaria - a três Btl cada- e um regimento de artilharia com três grupos de canhões 75 mm, de apoio à infantaria, e um grupo de 105mm para as ações de conjunto. Na organização americana havia uma ID com três RI e uma AD constituída por três grupos 105 mm de apoio direto, e um grupo 155 mm para ações de conjunto. A diferença profunda estava no apoio de fogo, muito mais potente na divisão norte-americana.

As unidades de artilharia componentes da FEB eram: grupo do 1º regimento de obuses auto rebocado , criado e organizado no velho quartel do 1º grupo de obuses de 105mm de S. Cristóvão/RJ; grupo do 1º regimento de obuses auto rebocado por transformação do Grupo de Artilharia de Dorso de Campinho/RJ; grupo do 2º Regimento de Obuses Auto-Rebocado, por transformação do 6º Grupo de Artilharia de Dorso de Quitaúna/SP; e Grupo do 1º Regimento de Artilharia Pesada Curta, oriundo do Regimento Escola/RJ. Essas denominações confundiam os americanos, e os referidos grupos passaram a ser definidos, na Itália, simplesmente como 1º, 2º, 3º e 4º grupos.

As unidades de infantaria eram: 1º Regimento de Infantaria/RJ; 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava/SP; e 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei/ MG.

A maior dificuldade que o Gen Mascarenhas de Moraes enfrentou foi, no Brasil, a de instruir o pessoal, não só pela grande diversidade de funções nas duas organizações, como também pela diversidade do material americano, cuja existência no Brasil era deficiente para permitir uma rápida aprendizagem pela tropa.

Constituição do I/1º ROAR

A formação do I/1º ROAR (I Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto Rebocado) foi diferente dos demais grupos. Enquanto os II, III e IV grupos tiveram suas origens em unidades já existentes em tempo de paz, o I grupo foi organizado com contingentes oriundos de várias unidades. O grupo teria que ser organizado com base nas especificações constantes do quadro de organização de um grupo de apoio americano. Para isso foram organizadas relações onde eram indicadas as qualificações a serem obedecidas pelos diferentes contingentes a serem incorporados: Os artilheiros vieram do então 1º RAM (1º Regimento de Artilharia Montada); os chamados , então, especialistas, vieram de várias unidades e origens: unidades de artilharia de costa, do 1º RCD (Regimento de Cavalaria Divisionária) e reservistas de 2ª categoria convocados. Creio não ser difícil avaliar o esforço intenso a ser feito para a homogeneização das diferentes equipes, bem como para criar um "espírito de corpo" algumas qualificações, exigidas pelo QO americano, tiveram de ser preparadas pela EsIE (Escola de Instrução Especializada) pois o grupo, em formação, não dispunha do material de instrução necessário.

Vencidas as diferentes etapas da organização, seguiu-se a efetivação do programa de instrução intensivo objetivando o seu enquadramento dentro dos padrões das unidades americanas. Graças a um corpo de oficiais de escól, e muito entusiasmado, não foi difícil, em curto prazo, obter resultados compensadores. Realizamos exercícios de toda ordem no campo, e já podíamos garantir uma unidade eficiente e completamente preparada para o cumprimento de missão nos campos de batalha da Itália. Constituímos, com o 11º RI, um dos grupamentos táticos da 1ª DIE; destes exercícios destaco um, realizado no campo de Gericinó, que se constituiu numa esplêndida prova da capacidade do grupo , quando foi realizada uma demonstração, com concentrações de tiro de AD, comandada pelo Gen Cordeiro de Farias, em apoio direto à infantaria realmente instalada no terreno.

Preparativos para a partida do Brasil

Pela divisão, foram constituídos três grupamentos táticos: 1º Gpt - na região de Santa Cruz; 2º Gpt - na região de Nova Iguaçu; e 3º Gpt - na região do recreio do bandeirantes.

Os grupamentos movimentaram-se, simultaneamente, para as regiões previstas. Tendo em vista, porém, a manutenção do segredo, o 2º grupamento foi dirigido, não para a região prevista mas diretamente para o cais do porto, onde embarcou, em um navio transporte americano, com destino ao teatro de operações na Itália. O deslocamento para o cais do porto foi realizado em composições de estrada de ferro e tomadas todas as medidas para manter o segredo ou seja: carros com as luzes totalmente apagadas e janelas fechadas. Os próprios componentes só se deram conta da mudança de destino quando desembarcaram no cais do porto, sendo saudados pelo presidente Getúlio Vargas. O meu grupo pertencia ao 3º Gpt e movimentou-se para o Recreio dos Bandeirantes em via férrea até Cascadura, e daí, em caminhões, para o pontal de Sernambetiba. Desnecessário afirmar que, nessa época, não havia na região qualquer edificação. A partir daí não tivemos mais qualquer contato com o exterior, inclusive com nossos familiares, até o embarque. O meu grupo, integrando o 2º escalão de embarque, deixou, inesperadamente, a região do estacionamento dirigindo-se para bordo do navio transporte norte americano, "Gen Meigs", que nos conduziria ao teatro de operações da Itália, sob o comando do Gen Falconiéri. Era o dia 22 Set 1944. Nesse mesmo dia, e a mesma hora, o 2º grupamento embarcou, sob o comando do Gen Cordeiro de Farias, no navio transporte "Gen Mann". A viagem foi sacrificante para a tropa pela dificuldade do fornecimento de uma alimentação diária completa e pelos contínuos blackouts. Oficiais e praças só faziam uma refeição por dia com exceção dos militares de serviço e aqueles em serviço especial entre os quais eu estava incluído, por ter sido designado chefe de polícia de bordo durante a viagem, até hoje não sei se foi um mero exercício ou realmente aconteceu, a verdade é que houve uma parada dos dois navios e manobras de lançamento de bombas de profundidade.

O Gen Falconiéri, sempre gozador, indagado sobre o que acontecera respondeu: "não foi nada; foi a cauda do leão que enroscou na hélice". O leão era o 1º RI que se encontrava no outro navio-transporte; sem qualquer outro incidente, entramos no mediterrâneo e aportamos em Nápoles onde desembarcamos: era o dia 6 de outubro. Após o transbordo para embarcações de desembarque tipo lci (landing craft infantry) seguimos para Livorno, em caminhões militares, para o acampamento, já instalado na "tenuta reale de san rossore". A viagem nos l.c.i. foi horrosa; nem um só homem escapou ao enjoo, botando cargas ao mar; daí a denominação dada pelos soldados a essas embarcações: "lança comida inteira"(l.c.i.). Não preciso dizer que as rações de reserva ficaram intactas. Em S. Rossore o grupo foi completamente equipado recebendo armamento, viaturas e demais materiais das dotações constantes dos quadros de dotação americanos. Seguiram-se medidas complementares como calibragem dos rádios, experiência nas viaturas em movimento, tiro de refilmagem das 12 peças, etc.; enfim, o grupo estava pronto para o cumprimento de missões em campanha.

Batismo de fogo

O grupo, sem nenhum outro treinamento na Itália, e por ser considerado apto para o combate, deslocou-se, no dia 24 de novembro, de S. Rossore para a região norte de Porreta Terme, pela estrada 64. Deslocávamos por escalões, em pequenos grupos de viaturas, para mascarar a entrada na área de operações do IV corpo. A DIE iria agir, centralizada, no vale do Reno. Integrando a AD, o grupo recebeu ordem de ocupar posição na região de "Castelcassio". A missão recebida foi de "ação de conjunto" em benefício do ataque a "Monte Castelo" pela força-tarefa 45, norte americana. Cumpriu cerca de 15 missões, na sua maioria de contra bateria e de proteção. Foi o seu batismo de fogo.

Desempenho em campanha

Os artilheiros brasileiros não tiveram dificuldades em se adaptar às modificações profundas impostas pelos novos armamentos e novas Técnicas de tiro. As instruções que receberam, tanto na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais como nos cursos de formação e aperfeiçoamento de sargentos, facilitaram, sobretudo, a adaptação às novas condições de combate. Na verdade, o nosso conhecimento, oriundo dos ensinamentos dos artilheiros franceses, nos deram uma noção profunda do emprego da artilharia e da técnica de tiro. Na Itália, em boletim da AD, assim se expressou o Gen Cordeiro de Farias: "nossa artilharia entra hoje em linha com a totalidade dos seus meios. O estágio de treinamento na Itália foi dispensado e devemos caracterizar esse fato; ele é o prêmio do nosso esforço de preparação para a guerra". Em verdade, a artilharia brasileira gozou da confiança dos nossos aliados e do respeito de nossos adversários registrados nos depoimentos de prisioneiros, em relatórios e boletins inimigos capturados, atestando a sua eficiência.

Contato com outras tropas

Na Itália, meu contato se realizava, praticamente, com os oficiais americanos, sempre cordiais e com o desejo recíproco de um bom entendimento. Sempre solícitos, atendiam a todos os nossos pedidos, limitados, naturalmente, pelas normas americanas. Não adiantava, por exemplo, pedir mais munição; não saiam

das dotações estabelecidas. Por ocasião de uma substituição houve um curioso incidente: a casa que abrigava a central de tiro do grupo norte-americano mesmo após a retirada do material continuava ocupada por alguns americanos que lá pretendiam passar a noite. Era imperiosa a ocupação por nossos homens para substituir os aparelhos telefônicos e as centrais. Ante a negativa, dirigi-me ao pc da AD da 10ª Divisão de Montanha onde relatei os fatos. Quando regressei, os americanos, com seus sacos às costas, já se retiravam.

Defensiva de inverno

Em 18 de dezembro ocupamos posição na região de Porreta Terme, com a missão de apoio ao subsetor oeste -11º RI. Com a chegada do inverno, a neve modificou completamente a aparência do terreno; parecia que estávamos em outra região. A AD tinha um plano de fogos minuciosamente estruturado; o V Ex americano mantinha na nossa área uma Cia de fumígenos para proteger os movimentos necessários, uma vez que estávamos desdobrados em um vale dominado por elevações, de onde o inimigo atuava; a ligação grupo-RI era estreita, não só pela presença do cmt do grupo, no pc do RI, como também pela presença permanente do oficial de ligação junto ao RI. Outros oficiais de ligação permaneciam nos Btl e os observadores avançados junto às companhias, mesmo aquelas em reserva. Nossos lig e obs avançados estavam perfeitamente ambientados junto à infantaria; viviam num ambiente fraterno, de estreita camaradagem, sofrendo os mesmos riscos, perigos e vicissitudes por isso, sempre que possível, mantínhamos os mesmos oficiais junto às mesmas unidades. Nos rodízios dos Btl para repouso, os oficiais de ligação e os Obs avançados acompanhavam as suas unidades, fazendo jus ao mesmo descanso. Esse período se caracterizou pelo largo emprego de patrulhas, de lado a lado, em toda a extensão da frente. Quando em missão de reconhecimento as patrulhas eram de pequeno efetivo--valor gc--e atuavam por infiltração; descobertas, retraíam-se. Já aquelas com a missão de fazer prisioneiros eram constituídas por efetivos maiores--valor pel --e agiam na forma de golpes de mão. Executávamos, então, fogos de proteção visando cobrir o retraimento das primeiras; já nas missões de golpes de mão executávamos fogos de apoio e proteção, enjaulando os objetivos e neutralizando-os. As patrulhas mais penetrantes eram acompanhadas por observadores avançados. A CT do grupo tinha todos os detalhes das patrulhas: roteiros, horários, tipos de tiros previstos e códigos para seu desencadeamento; preparava todos os elementos de tiro e os enviava às baterias (linhas de fogo). Quando pedido, bastava uma simples indicação do código para que o desencadeamento fosse instantâneo. Como a duração do combate era de 24 horas, havia escala na CT e nas linhas de fogo, para repouso das guarnições. Além dos fogos em proveito das patrulhas, o grupo executava missões de inquietação, quer por iniciativa própria, quer por ordem da ad ou do corpo. Estas, normalmente eram de contra-bateria ou sobre reuniões de tropa. Algumas missões do corpo eram hino (hora no objetivo). A impressão que tínhamos era que a artilharia do corpo aproveitava a execução dessas missões para controlar a precisão e densidade dos fogos do grupo. A dotação de apenas 4 tiros /peça/dia obrigava a sermos parcimoniosos no consumo da munição. Gostaria de aqui destacar o funcionamento excelente das comunicações particularmente com os diversos escalões da infantaria; a troca de ordens e informações era constante.

Ataque de 12 de dezembro a "Monte Castelo"

ADIE, mantendo a sua extensa frente defensiva, deveria conquistar monte castelo; ao grupo coube a missão de apoiar o III Btl do 1º RI. Ataque de surpresa às 06.00 horas, o Btl iniciou o deslocamento da base de partida. A progressão se fez com perfeito entendimento entre o Btl e o grupo. Após a execução dos tiros previstos para o desembocar do ataque, e atendidos todos os demais pedidos de tiro do batalhão, este aproximou-se bastante do seu objetivo. Entretanto, isolado em ponta, batido por tiros de frente e de flanco, teria de retrair-se. Comunicou-me o seu Cmt, Maj Franklin, pelo rádio: "estamos colados ao solo; impossível qualquer movimento; uma pá que se eleve é crivada de balas". Combinamos cobrir seu retraimento com fumígenos (wp- fósforo branco) e ele se realizou com êxito. O ataque, como os precedentes, evidenciou o insucesso de ações isoladas sobre Monte Castelo. A tropa brasileira, submetida à duríssima prova, demonstrou bravura e espírito de sacrifício, evidenciados com as 140 baixas sofridas. 70 dias após, por ocasião do novo ataque, então vitorioso, os corpos daquele punhado de heróis, insepultos na neve, foram encontrados quase no topo do baluarte-objetivo.

Conquista de monte castelo em 21 de fevereiro

A divisão brasileira conduziu o ataque com dois btl do 1º RI (I e III) em primeiro escalão. A AD estava assim organizada: 1º grupo: apoio direto ao I/1º RI (Btl Uzeda); 3º grupo: apoio direto ao III/1º RI; 4º grupo, 2º grupo (- 1 bia) e Art do IV corpo: ação de conjunto; e 248 Grupo Art NA: reforço de fogos à AD.

Por determinação do cmt da AD, desempenhei dupla função: Cmt do 1º grupo de apoio e oficial de ligação da AD junto ao cmt do 1º RI. Na fase do reconhecimento o meu entendimento com o cmt Uzeda foi tão íntimo que, praticamente, juntos idealizamos a manobra do Btl. O Olig do grupo, junto ao btl, nos acompanhou no

reconhecimento. O plano de fogos da AD estava estabelecido; tinha-o em meu poder e o conhecia com todos os pormenores. Às 05.30, após o desencadeamento dos fogos previstos, parte o ataque de surpresa. O inimigo, bem organizado, resiste. Lentamente nossas tropas avançam; os pedidos de fogos eram incessantes; a artilharia atirava sem cessar martelando duramente as Resistências adversárias. O desencadeamento dos tiros no momento certo, nos locais desejados, com a densidade e duração necessárias, foi o papel inestimável da ligação inf-art durante o ataque. A partir das 15.30 rearticulou-se o ataque. Foi organizado o apoio de fogos para o assalto final, em entendimento com a AD que atuaria em massa, com todas as unidades que dispunha, inclusive um grupo norte-americano. Finalmente íamos amaciar o inimigo, tirar-lhe a vontade de lutar, obrigá-lo a ceder. Os Btl foram avisados dos bombardeios que iam ser desencadeados e de que deveriam partir, decididamente, tão logo fossem suspensos os fogos. Tal aconteceu. No momento oportuno o Cmt do Btl Uzeda foi avisado pelo rádio do grupo: "os fogos sobre castelo foram suspensos"; o apelo que então fiz foi ouvido, também, pelo Ten Homero, obs avançado junto à 1ª Cia e que se deslocava junto a um dos pelotões, sendo, talvez, um dos primeiros homens a pisar o cocuruto de Castelo. O objetivo estava coroadado...eram 17.30 hs. A conquista de Castelo, realizada por duas divisões de infantaria, toda a artilharia com o IV Corpo mais a aviação, foi árdua e difícil, justificando, por si só, os insucessos anteriores. A conquista de Monte Castelo, como disse o Gen Mascarenhas, era um imperativo da nossa dignidade militar.

O vale do pó

Após a conquista de Montese, meu grupo ficou imobilizado por ter constituído, com suas viaturas, uma unidade de transporte para deslocamentos da infantaria para as regiões de Collecchio e Fornovo. Vencidas essas resistências, foi organizado um grupamento tático constituído pelo meu grupo, o 11º RI do Cel Delmiro, o 1º Esqd de Reconhecimento do Cap Pitaluga e a 1ª Cia Eng do Cap Floriano Möller, o qual recebeu a missão de ocupar Alessandria e ficar em condições de progredir nas direções norte e noroeste. O grupamento deslocou-se pela via Emília - Módena, Parma, Piacenza - atingindo Alessandria após ter realizado, em uma única jornada, um deslocamento de quase 200 km. Atingida Alessandria e ocupadas as passagens sobre o rio Pó, foram lançados reconhecimentos nas direções de Asti e Turim.

Meu grupo ficou alojado em um antigo quartel dos paraquedistas, em Alessandria, quando, então, foram estabelecidas as ordens rotineiras de um quartel de paz, dando motivo para que as praças comentassem: "Caxias desceu de paraquedas".

A integração artilharia/infantaria

O indissolúvel binário que estabelecemos, aquela união em todos os níveis entre comandantes de grupo e oficiais de ligação com Cmt Btl; entre observadores avançados e Cmt de companhia ou mesmo pelotão, foi nosso maior orgulho. Os infantes que apoiamos, sempre foram os maiores admiradores da artilharia, pelo sempre desejado apoio de seus projetis. Caiado de Castro, Nelson de Melo, Delmiro de Andrade, integrando suas ações com os Cmt de grupo, conduziram suas unidades com serenidade, pertinácia, audácia e bravura. Seus infantes, quer pela bravura que demonstraram na luta, abatendo um inimigo tenaz abrigado em posições fortemente organizadas, as últimas que abririam as portas para o vale do pó, quer pelo sacrifício a que estiveram expostos, sofrendo pesados bombardeios de artilharia e morteiros, ombrearam-se com os infantes de Sampaio.

Cordeiro de Farias, insigne artilheiro, cativante figura humana, aglutinador, líder nato, com a sua artilharia precisa e sempre oportuna, conduziu a infantaria à vitória. Desejoso sempre de dar o máximo de apoio no ponto decisivo, ousou na organização da artilharia para o ataque a Castelnuovo, empenhando-se no sentido de contar com o apoio do 1º Grupo ao 11º RI, deixando a frente defensiva de Lizzano sem artilharia. Ousou, confiando nos seus comandados, por lhe ter sido imposta a condição de só liberar o grupo para o seu deslocamento às 06 horas da manhã para suas novas posições, distantes 20 km, para participar do ataque, previsto para a 09.30 horas. Quando a situação prescindiu de parte do apoio da artilharia, e exigiu rápido deslocamento da infantaria, Cordeiro de Farias, com seu alto espírito de colaboração, apoiou firmemente a decisão do Gen Mascarenhas de Moraes de utilizar as viaturas da artilharia nessa nova modalidade de apoio à infantaria. "A supervisão e movimentação dos transportes pelo Gen Cordeiro", disse Mascarenhas "concorreram valiosamente para a esplêndida vitória das armas brasileiras, representada pelas rendições da 148ª divisão alemã e da divisão italiana".

Neste instante, em que recorro a fatos vividos na campanha da Itália, quero dirigir meu pensamento e render minha homenagem aos meus bravos comandados. Vejo-os todos, oficiais e praças, os das turmas de ligação com seus heroicos observadores avançados, os da central de tiro, os integrantes da linha de fogo com seus obuses, o pessoal de comunicações, os encarregados do provimento e os encarregados da manutenção, todos altamente capazes, animados de um sadio espírito de corpo e de elevado sentimento do dever.

Não posso, também, me omitir e deixar de invocar um nome: o da excelsa figura do comandante da Força Expedicionária Brasileira - o Marechal Mascarenhas de Moraes; a ele nossa mais eloquente homenagem e o nosso mais profundo respeito.

REGRESSO AO BRASIL

Retornamos ao Brasil, tal como na ida, por escalões. No mês de junho deslocou-se o Grupo de Alessandria, sua zona de ocupação na Itália, para Francolise, próximo a Nápoles onde, com os demais componentes do segundo escalão, aguardou seu regresso ao Brasil. Em 11 de agosto, após longa e penosa permanência em Francolise, embarcou o segundo escalão no "SS Mariposa" que, logo depois desatracou com destino ao Rio, com chegada prevista para o dia 22 de agosto. Ainda em Francolise, em conversa com minha mulher pelo rádio instalado no acampamento, avisei, ainda com o complexo do segredo, que chegaríamos no dia do aniversário de meu filho Roberto. Foram inúmeros os telefonemas que Glorinha recebeu de senhoras de oficiais indagando a data do aniversário de meu filho.

Atracamos no dia 22 Ago na Praça Mauá, depois de ter o Mariposa desfilado num belo e ensolarado dia frente às maravilhosas praias cariocas, da Barra até Copacabana. Eram 10:30hs quando desembarcamos com todo o material e armamento e iniciamos nossa marcha desfilando pela Avenida Rio Branco sob calorosos aplausos. Continuamos a marcha até a antiga Escola Militar do Realengo onde aquartelamos. Por ordem superior, foi o Grupo, sem perda de tempo, mandado incorporar ao Regimento Floriano. Despedi-me dos meus camaradas, triste, com lágrimas nos olhos, mas deles cheio de orgulho por tudo o que realizaram pela Pátria. Desligado da FEB, fui servir no EME, 4ª Seção, onde me desincumbi de várias tarefas: por decreto do Presidente da República, representante do EME no Conselho Nacional de Trânsito; participar, como representante do EM, das provas dos candidatos ao Concurso de Admissão à ECEME; integrar a Comissão criada na Prefeitura do Distrito Federal - Rio de Janeiro - para propor as medidas para solucionar a falta de motoristas dos ônibus do Rio; prestar, como representante do Estado-Maior na Câmara do Deputados, à Comissão do Plano de Valorização Econômica do Amazonas, subsídios para a elaboração do referido plano; elaborar anteprojeto do manual C 6-20 para o Emprego da Artilharia em Campanha; realizar estágio técnico de Rede Ferroviária, quando, junto com o engenheiro representante do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, apresentamos estudo indicando a necessidade de execução de pequenos melhoramentos no traçado da Ferrovia Paraná-Santa Catarina; e melhorar mais o traçado além do indicado.

Promovido a Cel em 28 Mar 1948, recebo em minha sala no EME a visita do Maj Muricy, oficial de Gabinete do Ministro Gen Canrobert, indagando onde eu gostaria de servir. "Ora Muricy, respondi, sem dúvida nenhuma no 2º RO-105 em Itu, onde iniciei minha carreira de oficial, e ficaria muito contente em comandá-lo". Decorrida uma semana, sou chamado ao Gabinete do Gen Canrobert que foi logo me dizendo: "Você não vai para o Regimento Deodoro; você vai para o Mallet que está mal e eu preciso substituir o seu comandante." Segui viagem para Santa Maria por via férrea, para conhecer a estrada que acabara de estudar, chegando, após quatro longos dias a partir de São Paulo. Viagem cansativa apesar de desfrutar de todo o conforto, carro de luxo com leito e banheiro com chuveiro, carro restaurante com ótimo serviço. Assumi o comando em 17 de junho.

A situação do Regimento de fato não era satisfatória, mas muito melhor do que a do Grupo de Uruguiana. Logo de saída transformei o Grupo, dentro do possível, para a organização americana; criei uma Bateria de Comando e Serviço com duas seções: uma de comando e outra de serviços; o oficial de motores substituído pelo oficial veterinário e os mecânicos de automóvel substituídos pelos ferradores já que o Regimento era hipomóvel. A instrução funcionava razoavelmente bem; contudo, reformulei sua programação e fixei novo calendário. Assumi pessoalmente a instrução do Emprego e Tiro da Arma. A administração deixava muito a desejar; a revista da cavalaria era passada no Gabinete do Comando, mediante o exame das fichas dos animais. Resultado: cavalaria peluda, mal tosada, magra e mal ferrada. As refeições das praças eram servidas nas mesas do rancho por soldados copeiros, em baldes de zinco; tomei providências enérgicas para uma radical mudança. A forragem e os víveres passaram a ser pesados na entrada e na saída diária dos depósitos, com a presença do Oficial de Dia; para o arraçoamento da cavalaria, igual atribuição foi dada ao Oficial de Dia. Para o rancho mandei adquirir bandejas de aço inoxidável, para todo o efetivo, diretamente na fábrica em São Paulo, com desconto de 50%, isto é, preço feito a revendedores; em seguida implantei o autosserviço. O Quartel não apresentava bom aspecto com as suas paredes muito sujas; organizei um curso rápido para pintores com cem soldados voluntários; mandei adquirir todo o material necessário inclusive escovas de aço para raspagem das paredes e cinquenta rolos de pintura; nas quartas e sábados todo o pessoal selecionado para a pintura era dispensado dos serviços de faxina e limpeza do material; o rendimento dos trabalhos era excelente. Passados quatro meses já podíamos nos orgulhar do nosso Regimento: instrução intensa, quartel limpo com todas as suas dependências em condições de bom funcionamento. As economias administrativas permitiram a realização de minhas obras.

No início de março de 1949 o Regimento foi inspecionado pelo Ministro Canrobert. Poucos dias depois recebo dele o seguinte rádio: "Convido-o para chefiar o meu Gabinete, caso seja do seu interesse". A razão desse final decorria do fato de, ao aceitar o comando do Mallet, ter-me prometido que, no final do meu comando, eu seria transferido para Itu. Respondi-lhe nos mesmos termos: "Face honroso convite, relego qualquer interesse estando disposição prezado chefe". A 17 de março de 1949 passei o comando do Regimento.

Assumi a chefia do Gabinete encarando-o como o órgão destinado a facilitar os trabalhos da Administração e o Comando do Exército. Para o bom desempenho de minhas atribuições julguei imprescindível ter prévio conhecimento de todos os assuntos submetidos ao Gabinete. Minha primeira providência foi tomar conhecimento dos assuntos já em estudo e determinar que, a partir daquele dia, qualquer documentação dirigida ao Gabinete, antes de sua distribuição às seções fosse a mim submetida. Dava conhecimento imediato ao Ministro dos assuntos que, a meu juízo, o merecessem e, com exceção dos trabalhos de rotina, determinava o encaminhamento ao Estado Maior do Exército ou aos Departamentos interessados, daqueles que julgava merecedores de uma apreciação prévia; a esses mesmos órgãos igualmente destinava as decisões ou sugestões do Ministro para estudo ou providências. Para acelerar os trabalhos, com prévio conhecimento meu, processos eram levados ao Ministro diretamente pelos chefes das seções interessadas, contendo uma exposição sumária do assunto - o célebre "de que se trata?" - e as soluções possíveis ou sugeridas com as respectivas vantagens e desvantagens.

Certa manhã, ao chegar ao Gabinete na hora habitual, sou chamado pelo Ministro; estranhei ele ter chegado antes de mim e pensei logo que algo de grave acontecera. Ao cumprimentá-lo, deu-me uma folha de papel para eu ler; era o decreto do Presidente da República nomeando-me Adido Militar junto às Embaixadas do Brasil, na França e na Espanha. "Não era essa a minha aspiração", disse-lhe. "Não está satisfeito?" "Satisfeitíssimo; esperava o comando do Regimento Deodoro" respondi. Foi muito agradável e cordial a minha chefia no Gabinete do Gen Canrobert, meu chefe e amigo de longa data, mas também por ter tido a oportunidade de conviver com uma pleiade de oficiais, por ele escolhidos: o Antonio Carlos da Silva Muricy, o Antonio Jorge Correia, o (?) de Castro, o Idálio Sardenberg, que ocuparam, mais tarde, altos postos no Governo.

Antes de embarcar para Paris, casei minha filha Myriam com o Ten Moreira. Foi o jovem casal morar em meu apartamento, com os meus dois filhos que aqui ficaram para não prejudicar os estudos. As viagens para a Europa eram, normalmente, via marítima. Embarcamos, eu e minha mulher, no navio francês, "Claude Bernard". Viagem muito agradável, com excelentes companheiros, entre outros os casais Abreu Sodré, Herbert Levy, Christiano Altenfelder e Pacheco Chaves, este irmão do piloto do Jahu, tornado célebre pela travessia aérea do Atlântico Sul, no sentido inverso dos pioneiros portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Em Paris, hospedamo-nos no Hotel Plaza Athené onde residimos por mais de um mês até conseguir um apartamento mobiliado, em bairro nobre, Auteil, Rua Michel, em frente à casa em que nasceu o Marechal Joffre, o vencedor da "Batalha do Marne" no início da guerra de 1914/18. A proprietária, antes de nos entregar o apartamento, ensinou Glorinha como acender e funcionar o fogão à gás e acionar o aquecedor do banheiro; não se esqueceu da célebre pergunta: "se no Rio havia muitas cobras". Soube, mais tarde, por parentes meus que com ela se relacionaram quando em visita ao Brasil, estar maravilhada com o Rio de Janeiro e envergonhada do seu procedimento com minha mulher.

A nossa Embaixada, à Rua Montaigne, era chefiada pelo admirável Embaixador Carlos de Ouro Preto tendo como conselheiros Nemésio Dutra e vários secretários, entre outros o Murtinho, que construiu o Itamaraty em Brasília, o célebre pintor Cícero Dias, o Napoleão, pai do atual presidente do PFL. Era porteiro da Embaixada o célebre Manoel, muito querido em Paris por ter, na retomada da cidade durante a 2ª Guerra Mundial, antes mesmo de ser completamente abandonada pelos alemães, hasteado a bandeira do Brasil no topo do edifício da nossa Representação Diplomática. Com o Brasil saído de uma guerra em que atuara aliado aos franceses, fui recebido muito amavelmente e com palavras elogiosas ao nosso Exército pela sua atuação na Itália. Nossa missão só teria o sentido de estreitar mais e mais as relações entre os dois Exércitos e de obter informações que contribuíssem para o aperfeiçoamento da instrução, da organização e de métodos de trabalho do nosso Exército.

Logo ao chegar, e com o objetivo de facilitar meus deslocamentos pela França, e, ao mesmo tempo ganhar prestígio social, adquirei um automóvel "Buick", "une grosse voiture" como o chamavam os franceses. A indústria automobilística da França fabricava principalmente viaturas mais populares como o "4 chevaux" da Estatal "Renault" e os famosos "Citroens". Mantive estreita camaradagem com os oficiais franceses, procurando impor-me e conquistar a sua confiança, e igualmente com meus camaradas adidos militares, em grande número, beirando os 160. Esse estreitamento de relações era alcançado através de viagens, reuniões sociais, cocktails e recepções; receber e retribuir gentilezas de um número tão grande de adidos, era estafante; chamavam-nas de "guerra dos cocktails". Os convites para jantares e almoços eram mais reduzidos; limitava-os aos adidos dos países mais importantes e amigos, e aos sul-americanos; aos adidos de outros países só excepcionalmente ou em retribuição. Tive sempre a preocupação, nas minhas reuniões mais íntimas, de ter sempre presente um casal militar francês. Viajei

muito pelo país nas visitas promovidas pelo EM do Exército francês, às suas escolas, centros de instrução, corpos de tropa e QGs, interessando-me principalmente, pela organização, métodos e processos de instrução.

A França, país relativamente pequeno, com facilidade de comunicações, dispunha de numerosos Centros de Instrução com finalidades específicas, citando como exemplo o "Centro de Formação Rápida e Acelerada do Motorista", destinado à formação dos recrutas indicados pelas suas organizações militares. A organização do Centro era perfeita; os alunos eram previamente submetidos a exames, em aparelhos especiais, para a verificação de suas aptidões e reflexos. Pistas organizadas para, em pequenas distâncias, obrigar os motoristas a constantes manobras visando a aprendizagem com baixo consumo de combustível; um jeep sem combustível, com as rodas girando sobre rolos de madeira em rotação, destinava-se à prática de mudanças de marcha. A instrução teórica tinha por objetivo permitir ao motorista a execução da manutenção do primeiro escalão, cuja importância era assaz ressaltada. Formados, os soldados retornavam às suas unidades de origem. Recorde-se que na 2ª Guerra Mundial os Estados Unidos utilizavam largamente os centros de instrução para o preparo dos seus soldados. Assisti tiro de blindados em que o projétil era um foco de luz que se projetava sobre o alvo, e, também, a exercícios de centrais de tiro, quer de artilharia antiaérea, com acionamento automático dos canhões, quer de Artilharia de Campanha com calculadores eletrônicos para os comandos de tiro. Tudo isso em 1951!!!!

Durante minhas viagens encontrei-me com oficiais franceses que residiram no Brasil quando membros da Missão Militar; o Cap Demiaut, meu instrutor na Escola de Estado Maior, agora, já como general, comandava uma Região Militar; o Cap Brezard, instrutor de artilharia na EsAO, no início de missão, comandava um "Centro de Instrução de Paraquedistas"; o Capitão Aviador De Rossoirs, chegado do Brasil em 1937, meu último ano na Escola de Estado Maior, gozava de grande prestígio por ter acompanhado, em Londres, o Gen. De Gaulle; De Rossoirs era já General de Exército do Ar desempenhando alto cargo na Força Aérea. Foram todos encontros agradáveis e muito amistosos. Fui o único Adido de país não pertencente à OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte - convidado para assistir às manobras dos aliados realizadas no Reno. O adido militar argentino, meu amigo, apesar de algo arrogante estava fulo de raiva por não ter sido convidado; acho que sem razão, já que o Brasil era um país aliado. Com o oficial francês posto a nossa disposição, acompanhei minuciosamente o desenrolar das manobras, tanto em seus trabalhos de Estado Maior, quanto nas unidades na linha de frente.

Assisti a um incidente inesperado; um "quinta-coluna" inimigo, infiltrado, disfarçado, deslocou a placa colocada por um balizador num cruzamento de estradas, modificando o itinerário a ser seguido pela tropa, que, surpreendida, foi aprisionada. Ao final das manobras assisti a críticas feitas pelos principais chefes, todas muito interessantes e que muito me interessaram. Delas enviei relatório minucioso ao nosso Estado Maior.

Tendo o EB agraciado o Gen Blanc, chefe do Estado Maior e outros importantes generais, pedi ao nosso embaixador Ouro Preto que me desse a honra de presidir, na Embaixada, à entrega das condecorações. Conhecedor profundo da língua francesa desde sua meninice e excelente orador, Ouro Preto pronunciou no ato eloquente e primoroso discurso salientando as vitórias francesas em Verdun e a do Sombroise. À noite, em minha residência, num coquetel em homenagem aos condecorados, tive a oportunidade de ouvir do Gen Blanc largos elogios ao Embaixador Ouro Preto, declarando-se mesmo incapaz de pronunciar um discurso em tão maravilhoso francês.

Por determinação do nosso Estado-Maior fui à Suíça assistir às manobras que lá seriam realizadas. A Suíça tinha a particularidade de ter um Exército permanente muito reduzido, todo ele com sua formação tendo por base a mobilização. A maioria dos seus soldados e oficiais, inclusive de Estado Maior, trabalhava em suas atividades civis e mantinha em suas residências o fardamento e armamento. Conheci um oficial de Estado Maior, de uma Divisão, proprietário de uma fábrica de chocolate que dedicava ao Exército metade de seu tempo e outra metade a sua fábrica. Uma característica particular da Suíça trilingue: os três Regimentos de uma Divisão cada um deles falava um idioma e o Batalhão de Comunicações, a três companhias, cada uma era, também, de uma língua. As ordens de comando emanadas do EM Divisionário eram transmitidas na língua das unidades a que se destinavam. Outra particularidade do país, esta devida a sua reduzida extensão territorial: a infantaria não era motorizada, mas bicicletada; o tempo de embarque nos caminhões, o pequeno percurso, o tempo de desembarque e a marcha até a posição de combate seria maior e menos flexível do que o deslocamento por bicicleta. Diziam eles: de automóvel, em duas horas atravessa-se a Suíça de um lado a outro. O Exército suíço era eficiente e o país muito bem fortificado; orgulhavam-se seus oficiais de não terem sido atacados e respeitada a sua neutralidade, pelo balanço que certamente fizeram das vantagens e desvantagens de uma invasão.

Minha atuação na Espanha limitou-se praticamente a atividades diplomáticas; era precária a situação financeira do país, boicotado pelos aliados. Visitei o Alcazar de Toledo, onde está gravado o comovente diálogo do comandante da Praça Militar, negando-se a atender a súplica de seu filho, ameaçado de morte, para que se rendesse: "Deus te abençoe, meu filho". Madrid, cidade muito agradável, povo alegre, vida muito barata.

Na França, pude sentir a frustração do povo pela guerra que se prolongava na Indochina Francesa, causando pesadas perdas; assisti aos funerais do filho de De Lattre de Tassigni, morto na Indochina e, mais tarde, aos do Marechal, na Catedral de Nôtre Dame. Recebi, na França, a visita de várias autoridades e ilustres brasileiros, políticos, amigos e camaradas, a todos dispensando a maior atenção. Edmundo de Macedo Soares, de passagem para a Alemanha, com o objetivo de trazer para o Brasil uma fábrica de aços especiais que, mais tarde, foi instalada em Itabira; Gen Bruno, portador de uma carta do Ministro Lafer, da Fazenda, para obter financiamento para uma fábrica de potassa que, mais tarde, veio a ser instalada no litoral do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Café Filho, Vice-Presidente da República, que, por ocasião da inauguração da Refinaria de Petróleo de Cubatão, eu já General Chefe do Estado Maior do II Exército, disse-me: "somos dois brasileiros que se conheceram em Paris". Havia, ainda, alguns brasileiros residindo em Paris, que muito se relacionaram conosco: Major Gentil de Castro, chefe do "Escritório de Compras da Petrobrás", com sua esposa Marilú e suas filhas Vera e Lúcia, estudantes, às quais muito se agarrou minha mulher, talvez pelo instinto maternal, na ausência dos filhos; Cel Potiguara, frequentando a Escola Superior de Guerra; Capitão Ney, engenheiro, técnico, estagiando na Compagnie de Electricité, uma estatal francesa; Major Canguçu, aluno da Escola Francesa de Petróleo, mais tarde diretor da Refinaria Duque de Caxias; Dr. Alvim, engenheiro encarregado da fiscalização da fabricação de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil. A todos eles, e famílias, dávamos apoio dentro das nossas possibilidades; vivíamos muito unidos. Paris era, sem dúvida, a capital do mundo; "Paris a 2000 ans" via-se em letras luminosas no alto de um edifício.

Ao término da minha missão, o nosso Embaixador Ouro Preto fez questão de comparecer e levar Glorinha para assistir a solenidade em que fui agraciado com a Medalha da Legião de Honra, pelo Chefe do Estado Maior do Exército Francês, em nome do Presidente da República. Foram agraciados, também, dois outros adidos, mais antigos na missão e de maior graduação; como nada disseram, não li o discurso de agradecimento que preparara; à saída, o Embaixador pediu-me o texto e entregou-o a um oficial do Estado Maior do Exército francês. Infelizmente, e com profunda tristeza, antes de deixar a França cumpri o doloroso dever de assistir aos funerais do nosso estimado Embaixador Ouro Preto; recebeu excepcionais homenagens do Governo Francês.

Finda a missão em Paris, apresentei-me em junho de 1953, no Estado Maior do Exército, sendo, em julho, nomeado comandante do 2º Regimento de Obuses Auto Rebocado, em Itu, cargo que, afinal, assumi em 17 de setembro, decorridos cinco anos de uma promessa sempre postergada. Regimento bem comandado, coube-me apenas prosseguir no trabalho do meu antecessor, Cel Pessoa Leal. Tive, nesse comando, a grata satisfação de ceder minhas viaturas e motoristas para as manobras da Escola de Comando e Estado Maior, realizadas nas proximidades de Porto Feliz. Em 1954, o Regimento iniciou seu novo ano de instrução e, em julho recebi a visita do CPOR da 2ª RM, ao qual cedi, para complemento de sua instrução, todo o material do Regimento e uma bateria para a realização do seu tiro real. Entre os alunos do CPOR estava meu filho mais novo, Roberto, que, ao ser declarado aspirante a oficial, foi estagiar no Grupo de Artilharia, em Aquidauana em Mato Grosso, quando, então, foi promovido ao posto de 2º Ten R/2, reserva não remunerada do Exército. Em 9 de agosto fui promovido ao posto de General de Brigada; encontrava-me ausente do Regimento - fora a São Paulo - e ao retornar, no mesmo dia, fui recebido com palmas e chamado de General. Só acreditei quando me trouxeram o radiograma, assinado pelo Ministro da Guerra, Gen Zenóbio da Costa, felicitando-me pela minha promoção.

A nomeação do Gen Falconièri para o comando da Zona Militar Centro, coincidindo com minha promoção a general, deu azo ao seu convite para eu chefiar o seu Estado-Maior, cargo que assumi em setembro de 1954. Como chefe do Estado Maior, realizando um trabalho anônimo, coordenei as atividades do EM e as das chefias dos serviços. Cooperei com meu Comandante na organização, direção e fiscalização da instrução dos quadros e da tropa, e na administração do seu Exército. Reconheci e organizei duas manobras de quadros em setembro de 1955, e outra, de Postos de Comando, entre 10 e 12 de outubro, ambas em Mato Grosso.

Em 1954 muito pouco se pôde fazer no tocante a exercícios no campo, por falta de combustível; em 1955, com a experiência adquirida no ano anterior, o combustível permaneceu na mão do chefe que o distribuía, mensal e parcimoniosamente, para as atividades administrativas das unidades; para as atividades de instrução como: formação de motoristas, exercícios no terreno com tropa e manobras de pequenas unidades, eram alocados, de acordo com as necessidades de cada um. Com tal medida foi cumprido o programa de instrução e ainda realizamos a Parada da Independência. Existia no QG uma tipografia mal equipada. Procurei melhorá-la e determinei às nossas unidades administrativas que, nas suas concorrências ou tomadas de preços, incluíssem, também, a tipografia do Quartel General. Assim, com recursos provenientes da aceitação de seus serviços, a tipografia foi melhorando, tornando-se cada vez mais eficiente, e nossas unidades favorecidas com preços mais reduzidos.

Em 1955 governava o Estado de São Paulo o doutor Jânio quadros. Por ocasião do 7 de setembro, quando se ultimavam os detalhes sobre a parada militar, pediu-me o Gen Falconièri que levasse ao governador duas propostas alternativas sobre os uniformes que deveriam ser usados no palanque: ou o os oficiais em primeiro uniforme

e o governador de fraque e cartola, ou o os oficiais de terceiro uniforme e, nesse caso, o governador estaria em traje de passeio. "Diga ao general Falconièri que marque o primeiro uniforme" disse-me ele. Tudo bem; no dia da parada, como combinado, fomos em carro aberto apanhá-lo em palácio para a passagem em revista as tropas. Para a surpresa nossa, surge o governador em traje de passeio e chapéu feltro muito surrado, apenas faltando o célebre sobretudo. Quase o general Falconièri dá meia volta deixando-o em palácio; mas aguentou firme. À tarde, em entrevista à imprensa, utilizou sua célebre demagogia: "queriam que eu usasse fraque e cartola"

Em 3 de outubro de 1955 votamos, eu e o Falconièri, no Juarez Távora para Presidente da República.

Em novembro de 1955, com pequenos intervalos de dias, viajou para o Rio o general Tinoco, comandante da 2ª Região Militar e o general Falconièri. Antes do embarque disse-me o Falconièri: "O Tinoco foi chamado ao Rio para ser convidado para ser Ministro. Tomei isso como pilhéria. Às 6 horas da manhã do dia 10 telefonou-me o general Falconièri dizendo: "Aquele nosso amigo foi nomeado ministro e seguiu para aí; receba-o com a banda de música. Também vou partir já para aí". Não vou recebê-lo com banda nenhuma, disse para mim mesmo; isso é mais uma piada do Gen Falconièri. Às 7 horas telefonou-me o Brigadeiro Ivo Borges, comandante da Força Aérea em São Paulo: "que é que está havendo Levy?" "Nada brigadeiro; acabou de me informar, o Falconièri, que o Tinoco é o novo ministro". Às 9 horas sou informado já estar o Tinoco no seu Quartel-General; parto imediatamente para abraçá-lo e felicitá-lo. Foi logo me dizendo: "como general mais antigo presente assumi o comando da Zona Militar; o Lott não é mais ministro, não recebo um ordens dele". Perguntei se não estaria ele sendo precipitado; se não deveríamos aguardar o retorno do general Falconièri, também em viagem para São Paulo. "Não, não, a decisão está tomada" retrucou-me. Compreendi ter o general Tinoco se insurgido contra o governo e me lembrei da expressão do general Falconièri dizendo-me que o recebesse com a "banda na rua", isto é, com tropas. Estava também presente o general Stênio de Albuquerque Lima, comandante da Segunda Região Militar, que permaneceu todo o tempo calado. Furtivamente afastei-me do Quartel da DI e fui para o meu QG. Ao chegar recebi um telefonema do Lott, esclarecendo-me a situação: deposição do Presidente Café Filho e do Vice-Presidente, Dr. Carlos Luz, tendo assumido a Presidência da República, o Dr. Nereu Ramos, e que ele, Lott, continuaria Ministro, e contava com todo o apoio do Falconièri e do Denys. A seguir reuni os oficiais do meu Estado Maior informando-os da situação, e afirmei que me manteria na defesa da ordem e seguiria nessa linha, com firmeza, até o fim. Não consegui falar com o Stênio que não voltara de seu Quartel-General. O Gen Panasco Alvim pediu me informações e as transmiti dizendo-lhe que o II Exército manteria a ordem em São Paulo e ele, se não quisesse revoltar-se contra o novo governo instituído, deveria fazer o mesmo em Santos. Afirmou-me seu apoio ao Lott. Deixei respondendo pelo Quartel-General o coronel Porto Carrero e, acompanhado do coronel Schilling, fui a Quitaúna assegurar o apoio do 4º RI e do Grupo de Artilharia Antiaérea comandado pelo Cel Sardenberg. Este deu seu apoio imediato e o outro, meio reticente, pergunta: "e se o Tinoco me der alguma ordem?". "O Tinoco está revoltado; quer segui-lo?" respondi-lhe estando presente o Sardenberg. "Então não cumpra suas ordens, e se aqui aparecer, com a ajuda do Sardenberg, prenda-o em nome do General Comandante do II Exército." Segui sucessivamente para Itu, 2º RO 105, onde servia o meu genro, Cap Moreira; Campinas, 2º Batalhão de Carros de Combate; Jundiaí, Grupo de Artilharia 155 sob o comando do coronel Frago. De Campinas telefonei para o 2º Regimento de Cavalaria de Pirassununga; todos, sem exceção, mantiveram-se fiéis ao governo inclusive, após alguma relutância, o comandante da AD/2. O Gen Tinoco, sem tropa, inclusive do 2º Esquadrão de Cavalaria aquartelado no mesmo local do seu quartel-general, ficou isolado; não foi obedecido. Já à tardinha chego a São Paulo e me encontro com o general Falconièri que acabara de chegar. Soube, então, que o general Stênio também apoiou o governo. Pensei, então: o Brigadeiro Ivo Borges deve estar julgando que não fui leal e que menti; não acreditará na minha sinceridade e estará julgando-me mentiroso e desleal. Políticos de oposição ao governo estadual lotaram o QG do II Exército, então na rua Conselheiro Chrispiniano, próximo à avenida São João, e pressionavam o Falconièri para que ele destituisse o Dr. Jânio Quadros, sob alegação de que ele resistia ao governo federal. Senti, em certo momento, inclinar-se o general a ceder. Consegui, com um pretexto, afastá-lo e aconselhei-o a não atender aos políticos argumentando ser o Jânio governador legítimo, eleito pelo povo, e que não deveríamos, desnecessariamente, causar uma ruptura da ordem legal em São Paulo. "Vá ao Jânio e procure um entendimento, general". "Não; vá você", retrucou-me." Acompanhado por dois oficiais do meu Estado Maior, para servirem de testemunhas, os coronéis Schilling e Porto Carrero fui, após pedido de audiência, conversar com o Dr. Jânio nos Campos Elísios, começando por dizer: "O Gen Falconièri, maior autoridade federal em São Paulo, o reconhece como legítimo governador do Estado, eleito pelo povo. Gostaria, no entanto, de saber qual a sua atitude frente aos acontecimentos no Rio de Janeiro." Respondeu-me: "General Levy, funcionalmente como de meu dever dei, inicialmente, todo o apoio ao Dr. Carlos Luz; agora, porém, que o Supremo Tribunal Federal considerou legítima a posse do Dr. Nereu Ramos na Presidência da República; pela mesma razão darei a ele todo o apoio do meu Estado, e mais, não admitirei que ninguém, no Estado, atue de maneira diferente. Estávamos todos de acordo; apresentei-lhe meus agradecimentos pela gentileza da entrevista

que me concedera e por sua afabilidade e franqueza. Levantei-me para sair quando disse-me: "esperem mais um pouco, vamos tomar um cafezinho". Nada de anormal ocorreu em São Paulo. Decorridos alguns dias, um telefonema do doutor Jânio ao General Falconièri, convidando-o para uma visita ao palácio para tratarem de assunto grave. Pediu-me o general que o acompanhasse e partimos imediatamente para os Campos Elísios. Disse o doutor Jânio ter informações seguras que a Marinha iria atacar o Ministério da Guerra, mas que dispunha de meios para impedir; e estava, para isso, pronto a ir ao Rio, solicitando, a seguir, a opinião do general. Falconièri disse não acreditar em um ataque da Marinha ao Exército mas, frente às suas informações seguras, concordava com a sua opinião de partir imediatamente para o Rio de Janeiro. O general foi para o Q.G. e eu com o doutor Jânio partimos para o aeroporto de Congonhas. Desejei-lhe boa viagem e sucesso na sua missão. Vi-o entrar no avião na companhia do coronel Faria Lima, comandante da Base Aérea de São Paulo, e regressei para o Quartel-General no próprio carro do governador. O avião não decolou; o doutor Jânio não saiu de São Paulo. Seria uma farsa? É preciso salientar que o Dr Carlos Luz, como claramente se sabia, pretendia impedir a posse de Juscelino, eleito presidente pelo voto secreto em eleições limpas. A decisão de Lott, Denys e Falconièri, alta madrugada na casa do ministro em São Cristóvão de destituí-lo, foi em legítima defesa da Constituição. Assim julgou o Supremo Tribunal Federal ao reconhecer e legitimar a posse do senador Nereu Ramos, Presidente do Senado, na Presidência da República.

Por decreto de 28 de agosto de 1956 foi criado o II Exército e extinta a Zona Militar Centro; o general Falconièri foi confirmado no comando do II Exército e eu na chefia do seu Estado Maior. Em 1957 deixa o Falconièri o comando do II Exército; nomeado Ministro do Superior Tribunal militar retorna do Rio, onde se encontrava, para passar o comando do II Exército.

Entro em férias e vou gozá-las em Itu no meu sítio. Para lá telefona o general Coelho dos Reis, Chefe do Gabinete do Ministro, pedindo minha presença no Rio a chamado do Gen Lott.

Eu soubera pelo general Falconièri que minha nova missão seria a Diretoria de Moto Mecanização. Julgando ser esse o assunto a ser tratado, respondi-lhe que me encontrava em férias, e que estas só são interrompidas por motivo de força maior e que comunicasse ao Lott que iria logo que as terminasse. "Não; venha já, é urgente; o Lott precisa muito falar com você." Retruquei mais uma vez, mas acabei desistindo diante de tanta insistência. Recebido pelo Lott, com grande surpresa sou convidado para chefiar seu gabinete. Fui sincero dizendo-lhe que discordava ter ele recebido a Espada de Ouro e que, na consulta que fizera, se deveria ou não continuar ministro, votei: não. "Fui como você contra as duas coisas", respondeu me, "e admiro sua franqueza; por isso mesmo, insisto no meu convite." O general Lott era um modelo de militar, possuidor de alto conceito entre seus pares e subordinados, íntegro, digno; não vi como recusar seu convite, pois, além disso, tratava-se de função militar correspondente ao meu posto. Desejo esclarecer que meu voto contra a continuação de Lott no Ministério, no novo governo do Juscelino, nada tinha de pessoal, visava, apenas, facilitar a reconciliação do Exército. Minha conduta na chefia do seu gabinete não diferenciou do que eu tive com o general Canrobert.

O Gen Lott era disciplinador inflexível. Assumindo o Ministério da Aeronáutica, pelo afastamento temporário do ministro Mello, na volta ao seu gabinete determinou-me redigir uma carta ao brigadeiro Ivo Borges indagando por que não lhe fizera continência. Ministro, não faça isso; o senhor vai criar um caso com o Aeronáutica. " Não pode, é indisciplina, não me conformo" disse-me. Redigi a carta; na sua resposta declarou o brigadeiro não ter feito a continência por não tê-lo visto. "Mas viu, mas viu" e repreendeu o brigadeiro.

O Gen Adhemar de Queiroz por sua atuação política não estava em boas graças com o governo; foi comandar a Brigada de Corumbá, em Mato Grosso. De lá, via rádio, indicou-me um capitão para seu ajudante de ordens, o qual não poderia ser nomeado por servir há menos de dois anos na sua guarnição. Como já havia precedente, indago se o capitão aceitaria movimentação por interesse próprio, isto é, sem recebimento de ajuda de custo para viagem. Frente a uma resposta afirmativa fui ao Lott solicitar a nomeação. Disse-me ele: "este não; rasgou meu retrato em Recife". Não poderia insistir. Isto foi motivo para o Adhemar, meu colega de turma e meu amigo de quase 40 anos, romper comigo. Mais tarde, ao assumir ele o Ministério, eu exercia a chefia do Departamento de Provisão Geral do Exército; imediatamente, por escrito, solicitei minha demissão. Chamado ao seu gabinete apertou-me a mão, abraçou-me pedindo desculpas por sua atitude insensata; voltamos a compartilhar a velha amizade. O Lott não era mesquinho, atendia a todos os pedidos; apenas era inflexível em suas opiniões. Fui, durante a chefia do gabinete, leal a ele mas também, inúmeras vezes amenizei atritos e incompreensões. O general Lott candidata-se a presidente da república e deixa o Ministério da Guerra, sendo nomeado, para substituí-lo, o general Odílio Denys que me convida para chefiar o seu gabinete. Manifestei-lhe o desejo de exercer um comando de meu posto e sugeri, para substituir-me, o general Orlando Geisel.

Em 15 de fevereiro de 1960, como General de Brigada, sou nomeado comandante interino da Segunda Região Militar, cargo correspondente ao posto de General de Divisão. Considerei uma prova de confiança e de alta estima, e um indício de que seria então promovido ao posto seguinte. Em 19 de abril, depois de férias e trânsito,

assumi o comando da Região. Fui recebido pelos oficiais do meu estado maior com certa desconfiança, visto que eles, em sua maioria, teriam se oposto ao Gen Lott em novembro de 1955. Não sendo político, não os tratei politicamente mas como chefe militar e eles me subordinados. Minha atitude desarmou-os, inspirei neles confiança e, possivelmente, admiração. Eram candidatos à presidência da República o Dr. Jânio Quadros e o General Lott. Não participei dessa disputa; mantive-me como chefe militar, não permitindo qualquer manifestação política nos quartéis. Certo dia um oficial do meu quartel-general trouxe-me um cartaz de propaganda da candidatura do Lott, com seu retrato por ele rasgado no Estabelecimento Regional de Subsistência, e acusando o seu chefe de fazer propaganda política. Disse-lhe: "Fez muito bem em vir comunicar-me o fato, e o responsável será punido. Com sua atitude, com seu gesto, infelizmente, o senhor também praticou um fato político e, por isso, será também punido". Reuni os dois transgressores e os puni com advertência verbal.

No jornal "O Estado de São Paulo", vi, melancólico, flagrantes dos comícios do Dr. Jânio Quadros em que aparecia, fardado, a figura de um general que eu substituíra no comando da 2ª RM.

No meu comando procurei agilizar o funcionamento dos serviços regionais, iniciando por um eficiente atendimento a todas as Organizações Militares da área; dei particular ênfase aos assuntos de mobilização, procurando neles motivar as indústrias de interesse militar. Para bem comandar, realizei frequentes inspeções às minhas organizações militares e, mediante comunicação prévia, às unidades da Divisão de Exército.

No dia 16 de dezembro, dia do reservista, em homenagem a Olavo Bilac, montei um Exercício de Mobilização Parcial de treinamento de apresentação de reservistas, mediante carta de chamada, e seu treinamento em exercícios dentro de suas qualificações no âmbito de suas unidades. A notícia da chamada dos reservistas poderia difundir-se e alarmar a população principalmente devido à efervescência política existente. Fiz, por isso, declaração pública nos seguintes termos: "Os Exercícios de Mobilização, que vamos realizar, nada têm a ver com os acontecimentos políticos do momento. Os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz, por medida de economia, correspondem ao mínimo necessário à segurança dos poderes constituídos. Se a guerra, embora não a desejemos, vier, a nação inteira, em material e pessoal, terá de mobilizar-se; a mobilização não se improvisa; é fruto de um grande trabalho de preparação.

Eleito o doutor Jânio Quadros Presidente da República, um dos seus primeiros atos foi a minha exoneração do comando da Segunda Região Militar. Soube dela, antes de sua publicação, pelo general Orlando Geisel, chefe do gabinete do ministro. Disse-me o general Orlando: "O Denys mandou avisá-lo que, a pedido do governo, terá que pedir a sua exoneração; e deseja saber onde gostaria de servir." Respondi: "qualquer lugar Orlando." "E serve a Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização?" perguntou-me. "Sim, sim; obrigado Orlando", respondi-lhe. Publicada minha transferência, deixei o comando imediatamente, transmitindo-o ao meu substituto legal que era o Gen Amangá, meu camarada de turma da Escola Militar. Entrei em férias, e, em Itu, li no Estadão as promoções à general, datadas de trinta e um de março. Não fui promovido; fui preterido. Senti profunda mágoa. Ao chegar ao Rio, num encontro que tive com o Orlando Geisel, manifestei minha decepção com a preterição sofrida nas promoções a General de Divisão, apesar de nomeado novamente para um cargo inerente a esse posto. Acrescentei que tal preterição me impunha, moralmente, pedir minha passagem para a reserva o que não faria, de imediato, por não ter o direito de prejudicar minha mulher.

Pediu-me o Orlando que fosse visitar o Denys, que aguardava minha chegada para uma conversa. A visita, independente da solicitação, já pretendia fazê-la por ter o Denys sofrido um acidente em sua residência e fraturado o fêmur. Recebeu-me e me disse: "Você não foi promovido por estar eu de perna quebrada nesta cama".

A 18 de abril, com a presença do general Castello Branco, Diretor Geral de Ensino, assumi a Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização. Passou-me o cargo o coronel chefe do gabinete do meu antecessor. Terminado o ato, assume a palavra o general Castello, que, em síntese, disse esperar muito de minha atuação à frente da diretoria. Respondi-lhe com toda sinceridade: "Não tenho programa, atuarei de acordo com o Regulamento da Diretoria e as diretrizes emanadas de Vossa Excelência. Mas, dentro desses limites, há muito espaço para a iniciativa." Efetivamente integrei-me por inteiro no setor de ensino, procurando soluções objetivas, adequadas à realidade, atendendo, com presteza, às determinações superiores mas sugerindo, também, medidas que julgava necessárias. Quero ressaltar que Castello Branco foi meu colega de turma, ele da arma de Inf e eu da Art na Escola Militar do Realengo em 1918. Depois, chefe da terceira seção - operações - no EM da 1ª DI da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália; sempre fomos fraternos amigos.

Em pleno exercício de campo, em 25 Jul, soube da minha promoção a Gen Div. Antes do decreto, recebo um telefonema do Orlando felicitando-me pela promoção em ressarcimento de preterição, acrescentando: "Você não tem mais motivos para solicitar passagem para reserva." De fato, a promoção por ressarcimento de preterição anulava a preterição sofrida. Minha promoção, nestes termos, foi anômala; acredito que a única até hoje.

O Gen Nelson de Mello, nomeado comandante do II Exército, convida-me para comandar a 2ª RM. Neguei-me. Aceitá-lo seria afastar do seu comando o general que me substituíra, e isto poderia parecer um acinte. Ofereceu-me o comando da 2ª DI; anuir a esse convite foi um duplo prazer: trabalhar com um velho amigo e exercer um comando de Gen Div. Em Nov 1961 tive, assim, a alegria de assumir o comando daquela Divisão com sede em São Paulo. Com a colaboração dos generais Canavarro e Ramiro Gorreta, comandantes respectivamente da Infantaria e da Artilharia Divisionárias, e do meu Estado-Maior, chefiado pelo Cel de Estado-Maior Rocha Fragoso, conseguimos alcançar um alto padrão de eficiência e disciplina. Inspeccionava frequentemente minhas unidades e assistia, constantemente, aos seus exercícios com tropa no terreno. Realizamos uma grande manobra de Quadros, no escalão Divisão, ao longo do eixo rodoviário da Dutra, na região de Taubaté-Pinda-Caçapava. Creio, termos todos, naquela ocasião, colhido bons ensinamentos.

O panorama político estava agitado. Realizara-se o plebiscito, manobra do Dr. João Goulart para anular a redução de mandato que lhe impôs o Congresso ao instituir o parlamentarismo, para assegurar a sua posse; as greves se sucediam, mais políticas do que reivindicatórias. Tive que empregar a tropa várias vezes para a manutenção da ordem no Estado, fazendo-o sempre, com moderação mas firmeza. Recordo-me de ter atendido a um pedido do presidente da Light, Dr. Marinho Lutz, feito ao comandante do II Exército, Gen Pery Constant Bevilacqua, substituto do Gen Nelson de Mello, para proteger instalações da empresa, principalmente uma termoelétrica na capital do Estado. Igualmente socorri Brasília ameaçada de ficar sem combustíveis derivados do petróleo; com auxílio das companhias distribuidoras desses combustíveis, organizei uma coluna de viaturas que partiu escoltada por meu Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, sobre rodas, até atingir a nossa nascente capital. Não obstante toda a agitação política existente, ative-me aos deveres do meu cargo. Entretanto, e apesar de tudo, sem prévio conhecimento, sou, inopinadamente, demitido do comando da Divisão, e transferido para um cargo, importante sem dúvida, mas de atuação praticamente burocrática, sem poder de comando, a Diretoria do Serviço Militar, no Rio de Janeiro. Apresentei-me ao Ministro da Guerra, Gen Jair Dantas Ribeiro, meu colega e amigo da Escola Militar; disse-me ele que a minha demissão fora, realmente, de natureza política, determinada pelo Presidente da República. Creio que, talvez, um dos motivos que levaram à minha demissão foi a prisão, por mim, de um sargento, meu comandado, amigo do Presidente da República, que agia politicamente nos quartéis; e outro motivo, um almoço no palácio dos Campos Elíseos, a convite do Governador do Estado, Dr. Adhemar de Barros. Esse convite fora feito reiteradas vezes e por mim sempre rejeitado com a seguinte alegação: "Governador, quando aceitá-lo serei imediatamente transferido". E foi o que aconteceu. Dentro do seu ponto de vista, a atitude do Presidente foi acertada porque, embora não conspirasse, mantinha-me decidido a, quando e se necessário, levantar-me contra seu governo. Em 27 Ago 1963 assumi a Diretoria do Serviço Militar, constituída por duas subdiretoras: a da Reserva e a de Recrutamento, sendo meus subdiretores os Gen Muricy e Ulhoa Cintra.

A situação política cada vez mais agitada e cada vez mais grave. Exercia a chefia do Estado-Maior do Exército o Gen Castello Branco, e, como já afirmei, nele depositava a máxima confiança. Procurei-o e expus meu pensamento: aguentar o Dr. João Goulart na Presidência, enquanto possível, mas não poderíamos permitir ser ultrapassados pelos acontecimentos. Idêntico pensamento tinham também o Muricy e o Ulhoa Cintra.

Acontece o "Comício da Central do Brasil", em 14 de março, com cartazes e discursos francamente comunistas. Vi, pela televisão, inúmeros estandartes com a "foice e o martelo", e ouvi discursos provocadores que pregavam a apropriação das refinarias particulares de petróleo Ipiranga, Manguinhos, Capuava. Presidindo o comício o Presidente da República e estando ali presente o Ministro da Guerra. Dias depois acontece a manifestação política dos sargentos, nos salões do Automóvel Clube do Brasil, quando, então, o Presidente pronuncia discurso subversivo ferindo de morte a disciplina militar. Foi o "Basta". No dia 31 de março chego ao meu Gabinete, sendo informado pelo Ulhoa Cintra que o Muricy havia partido, naquela madrugada, para Mina Gerais. Convicto de que chegara a hora, vou ao Gen Castelo Branco, informo sobre a partida do Muricy e ponho-me ao seu inteiro dispor. O levante torna-se público. São Paulo, comandado pelo Gen Amaury Krueel, gaúcho, muito amigo do Jango, ainda não se manifestara. Propus ao Castelo ir a São Paulo. Disse-me: "Não; sei que hoje é o seu aniversário de seu casamento". Às 2 horas da tarde Krueel adere. A uma hora da manhã de 1º de abril, achava-me no gabinete do Ministro da Guerra - Gen Costa e Silva - com o Ministro e o Ernesto Geisel - não tenho certeza da presença do Castelo - e redigindo um comunicado à Nação sobre a fuga do Jango e a vitória do movimento. Ao final da redação, já aprovada, disse o Geisel com espanto: "Hoje é 1º de abril, vamos datá-lo de 31 de março".

Do Departamento Geral do Pessoal sou transferido, em maio de 1964, para o Departamento de Provisão Geral do Exército. Ambas as chefias, sendo inerentes ao posto de General de Exército, as exerci em caráter interino, com uma diferença sensível: no Departamento Geral do Pessoal, na qualidade de substituto legal de seu titular e no outro, por decreto do Presidente da República. Isto, sem dúvida, significava uma distinção especial, uma prova de confiança e uma esperança de próxima promoção; entretanto, só fui promovido em novembro de 1964. Em

conversa amigável com o Castelo, disse-me ele não ter podido promover-me em julho em virtude da insistência do Costa e Silva em promover um nosso colega de turma, aliás mais antigo.

Era o Departamento de Provisão Geral (DPG) o mais importante órgão logístico do EB. Cabia a ele suprir as atividades do suprimento e manutenção do material de toda natureza, e, ainda, prover atividades de saúde de pessoal, a provisão e saúde dos animais, tudo com vistas a atender as necessidades correntes do Exército, bem como o emprego da Força Terrestre. O Departamento, para o bom desempenho de suas atividades, compreendia, diretamente a ele subordinadas, as Diretorias Gerais: de Material Bélico, de Intendência, de Saúde, e de Remonta e Veterinária. Contava ainda, o DPG, com inúmeras fábricas e oficinas, subordinadas às diversas Diretorias Gerais, tais como: de projetis de Artilharia, de cartuchos de Infantaria, de armas e sabres, de produção de fardamento, equipamento, de material de acompanhamento, de calçados, laboratório farmacêutico, etc.

Prover, no Exército, traduz-se por comprar ou produzir, armazenar e distribuir, conservar, reparar, transformar uma infinita relação de itens e, ainda, alienar ou destruir o que se torna obsoleto ou imprestável. Prover é uma tarefa árdua; exige determinar as necessidades do Exército, quer as de consumo, quer as de reaparelhamento, decorrentes da técnica do seu emprego e da sua modernização, a fim de dar-lhe eficiência operacional. O provimento impõe métodos racionais e objetivos de planejamento, avaliação de recursos indispensáveis, fixação de metas e organização de programas anuais de execução, adequados às possibilidades financeiras e de modo a atingir-se, progressiva e seguramente, aquelas mesmas metas. Coube-me dirigir a elaboração desse trabalho e repartir os recursos disponíveis de acordo com as necessidades mínimas de cada setor, e tendo em vista as prioridades estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército. Fixados os programas, é necessário executá-los; tarefa complexa, eivada de dificuldades. Onde e como obter; qualidade, preços e custos, prazos de entrega, recebimento, numerário para o pagamento; armazenamento, prazos de validade, sua distribuição oportuna por toda a nossa vastidão territorial; são questões constantes, permanentes, exigindo pessoal capaz, dedicado, ativo e de moral inatacável. Acompanhei dia-a-dia, de perto, esse trabalho.

Em setembro ou outubro de 1964, sou procurado pelo Diretor-Geral de Intendência e informado da impossibilidade de se confeccionar, a tempo, o fardamento dos conscritos para a próxima incorporação, pela dificuldade em que se encontrava para aquisição de brim verde-oliva mescla, pelo preço conveniente e pelo prazo que se dispunha. Esse tipo de brim, que substituiu, por volta de 1932, o antigo brim caqui, era produzido com uns fios meramente tingidos e por uma única fábrica, a "Crespi", de São Paulo. Uma das atribuições do chefe do Departamento, com a colaboração dos Diretores interessados, era, justamente, a especificação do material utilizado pelo Exército. Como solução, propus ao Ministro Costa e Silva a compra de um brim, tinto após sua fabricação, nas cores verde-oliva clara e escura como era normalmente fabricado no país, inclusive para as Polícias Militares e os Bombeiros. Aprovada a minha proposta, foi feita imediatamente a concorrência, saindo vencedora uma fábrica em Jundiá; o preço despencou; o metro linear, com a mesma largura, caiu de 800 para 200 cruzeiros; um mês após a concorrência, o brim era recebido pelo Estabelecimento Central de Intendência que iniciou, de imediato, a fabricação do fardamento. Fato semelhante ocorrera no suprimento de lona destinada à confecção de barracas; o caderno de encargos da Intendência, já antigo, fixava para esse material uma largura que só um velho tear inglês tinha possibilidade de produzi-la. Feita a correção necessária nas especificações, a concorrência foi ampla, participando várias fábricas, e resultando um preço bem reduzido e com rápida entrega. O brim verde-oliva não permitia aos uniformes de passeio, particularmente à calça, uma correta aparência aos cabos e soldados; um ano após, em setembro de 1965, depois de acurados estudos com a Diretoria de Intendência, propus ao Ministro a substituição do brim verde-oliva do uniforme de passeio dos cabos e soldados, por um tecido misto de lã e poliéster, e a substituição da túnica por um blusão, com a supressão do cinto. Em 17 de novembro do mesmo ano, o Ministro da Guerra, em portaria nº 374, tendo em vista as razões apresentadas pela Diretoria Geral de Intendência e o Departamento de Provisão Geral, contidas no ofício 715 de 3 de setembro de 1965, e visando o início da fabricação dos novos tecidos propostos, resolveu autorizar, em caráter experimental, o uso do blusão e da calça confeccionados com a nova matéria-prima, e a substituição, na tabela de distribuição em vigor, de duas túnicas de brim verde-oliva, um cinto de couro castanho e as ferragens metálicas. Os novos uniformes, apesar da sua melhor qualidade e aparência, ainda assim proporcionaram uma pequena economia, com a redução de 100.000 cintos de couro castanho, 400.000 botões de massa pregados nas túnicas e cerca de 300 metros de tecido com a confecção de um único blusão. O Ministro do Exército, em Aviso Nº 263-D-3E de 31 de agosto, autorizou o uso pelos oficiais-generais, oficiais em geral, aspirantes a oficial, subtenentes e sargentos, do quinto uniforme com a substituição do gabardine pelo novo tecido de poliéster lã, estendendo aos oficiais o tecido dos cabos e soldados.

O Brasil passava por profunda recessão econômica. A indústria, sem pedidos de compras, reduzia a produção e dispensava o pessoal. Passou o Departamento a receber constantes visitas de industriais oferecendo seus produtos por preço de fábrica; excelente oportunidade de realizar boas compras, cooperar e contribuir para o

desenvolvimento do país. A fábrica gaúcha de artefatos de metal, antiga fornecedora do Exército, produzia talheres de aço inoxidável. Vi chegar o momento para substituir os velhos e impróprios talheres estanhados; fiz uma tomada de preços entre as três fábricas: Wolf, Eberle e Fracalanza, para uma compra de 100.000 talheres para todo o efetivo do Exército; saiu vencedora a Eberle com preços muito reduzidos em relação aos preços da praça. Precisava melhorar e modernizar o equipamento do rancho dos oficiais e sargentos; assim, adquirei de maneira semelhante, da fábrica Renner, para todo Exército, pratos de porcelana, fundos, rasos e de sobremesa. Não adquiria por ser barato; comprava barato o que precisava. Para completar o rancho das praças, mandei adquirir bandejas de aço inoxidável e, para o dos sargentos e oficiais, baixelas do mesmo material; estas viriam substituir, de maneira permanente, as antigas sopeiras, travessas e terrinas de porcelana, caras e facilmente quebráveis. Encarreguei da fabricação o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, no momento com reduzida produção, para o aproveitamento de máquinas e mão-de-obra ociosas; para isso, adquirei e entreguei ao Arsenal as chapas de aço inox necessárias. Como modelo, emprestei ao Arsenal as baixelas que havia adquirido para meu uso, na Suécia, durante uma visita oficial que fiz àquele país, quando era Adido Militar em Paris; eram muito simples, não tinham asas, alças ou pegadores, tudo feito só com o estiramento do aço; a minha baixela, após quase 50 anos, ainda é usada na nossa casa. Creio, por isso, que ainda existam algumas delas em nossas Organizações Militares.

As montadoras de Vtr automóveis propuseram ao Exército adotar um caminhão militar, do tipo GM de 2,5 toneladas, para sua fabricação no Brasil. Procurei convencê-las que o Exército Brasileiro não poderia dar-se ao luxo de ter viaturas inteiramente militares, por ser limitada a sua capacidade de compra, e que a solução parecia ser o caminhão civil, adaptado ao uso do Exército; bastaria, para isso, chassis e motores de viaturas civis substituindo a caixa de mudança, para tração nas quatro rodas, e colocar uma carroceria militar. Para permitir a concorrência, pretendia adquirir três caminhões das três montadoras: GM, Ford e Mercedes Benz. Para facilidade de manutenção, em combinação com o Estado-Maior do Exército, as viaturas Mercedes iriam para São Paulo e Mato Grosso, a Ford para o sul e a Chevrolet para o norte. Dispunha de recursos para compra de mais ou menos cem caminhões. Feita a concorrência só a Mercedes apresentou proposta; as duas outras fábricas se recusaram a montar os caminhões nas condições exigidas. Adquirei cem caminhões Mercedes Benz e os distribuí para unidades de São Paulo e Mato Grosso. Consegui, com essa compra, quebrar a resistência das demais montadoras.

Ainda na Chefia do Departamento, fui distinguido pelo Presidente da República com um convite para, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Presidente da República do Peru, representá-lo, e a Nação Brasileira, nas solenidades a serem realizadas naquele país por ocasião do centenário da Batalha de Callao. Era nosso Adido Militar naquele país o Cel Ivan de Souza Mendes.

Na qualidade de General de Exército, mas na chefia do Departamento, fui designado pelo Presidente da República para proceder a um Inquérito Policial Militar a fim de apurar o incidente que ocorrera em Tramandaí, no Rio Grande do Sul, e que resultou na destruição parcial de um helicóptero da Marinha por militares da Aeronáutica. O inquérito revestiu-se de relevante importância porque, na ocasião, havia um grande desentendimento entre a Marinha e a Aeronáutica; a primeira lutando por sua aviação naval e a segunda, pela manutenção de seu exclusivo poder aéreo. Os helicópteros da Marinha eram, pelos aviadores, considerados como OVNI, ou seja, "Objetos Voadores Não Identificados." No inquérito ficou plenamente provado que o incidente resultou de um encontro casual, em Tramandaí, onde a Força Aérea realizava um exercício previsto em seu programa anual, e os helicópteros da Marinha, que cobriam uma regata naval entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, e lá pousaram. Cumprindo rigorosas ordens do Ministro da Aeronáutica, de impedir a qualquer custo o voo de helicópteros militares que não os da Aeronáutica, os oficiais aviadores procuraram, por isso, causar o menor dano possível na aeronave da Marinha destruindo, apenas, o seu rotor. Cumprida a missão, marinheiros e aeronautas foram, abraçados, tomar um cafezinho no cassino da Base Aérea. A disputa não havia contaminado a oficialidade; não era uma meta individual, mas doutrinária. A solução deste inquérito deu oportunidade ao Presidente da República de, com sua elevada força moral e militar, encerrar definitivamente essa contenda entre as forças do ar e do mar.

Em 4 de dezembro de 1966, eu completaria o limite de idade de permanência na ativa; mas, com o objetivo de abrir uma vaga para a promoções de novembro, já em outubro pedi transferência para a reserva. Por decreto do Presidente da República, de 7 de outubro de 1966, fui promovido ao posto de Marechal, permanecendo, entretanto, na chefia do Departamento, em atenção a uma solicitação do Ministro da Guerra em nota 51-D2 de 14 de outubro de 1966. Após as promoções de 25 de novembro, passei, no dia 2 de dezembro, dois dias antes do prazo fatal do término de minha vida militar, o cargo ao meu substituto legal, o General de Divisão Sizen Sarmento. Foi para mim um dia de muita emoção; deixava o Exército com a alegria do dever cumprido. Sentia ter honrado e dignificado a farda que vesti durante os 48 anos da minha vida militar.

(continua)

NO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

O Costa e Silva, indicado para Presidente da República, deixa o Ministério da Guerra; indo ao seu Gabinete dar-lhe um abraço de despedida, disse-me: "Você será o presidente da Petrobrás". Não desejava esse cargo. Julgava fazer jus ao descanso, ou melhor, queria cuidar do meu sítio do Pica-pau, em Itu, nome dado por meus filhos, e desenvolver minha criação de frangos, minha distração desde menino, criar porcos e formar um pequeno cafezal de 12.000 pés. Em dezembro, logo após deixar o Departamento de Provisão Geral do Exército, já na reserva, fui para Itu para ser esquecido e fugir do alcance do Costa e Silva.

O Arthur Duarte Candal da Fonseca é nomeado Presidente da Petrobrás. Soube que sua nomeação aconteceu porque o Ministério das Comunicações, que lhe estava destinado, ficou para a Bahia, para satisfazer um pedido do governador daquele Estado Luiz Viana Filho.

Livre da Petrobrás, vim ao Rio providenciar o transporte da bagagem necessária a uma moradia permanente em Itu. Com a bagagem embarcada adquiri as passagens aéreas de volta para o sítio. Nesse mesmo dia, ao chegar em casa, recebo um telefonema do Costa Cavalcante, Ministro das Minas e Energia, convidando-me, em nome do Costa e Silva, para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo. Eu só repetia: "não, não insista, não quero, já estou com as passagens aéreas no bolso para regressar a São Paulo". Minha mulher ao meu lado disse-me: "você está sendo grosseiro." Caí em mim; pedi desculpas e prometi estar no dia seguinte em seu gabinete na hora que fosse marcada. Ao chegar ao Ministério disse-me o Costa Cavalcanti: "telefonei ontem ao Costa e Silva e ele pediu para você ir a Brasília". Tive que atender a essa convocação, mercê do meu espírito de servir moldado numa longa carreira a serviço da pátria. Adeus frangos, adeus porcos, adeus meu cafezal! Nomeado por decreto de 27 de março, assumi a presidência do Conselho Nacional de Petróleo, substituindo um velho amigo, meu colega de turma da Escola Militar, o Gen Emílio Maurell Filho.

O Conselho Nacional de Petróleo, órgão do Estado, para a supervisão do setor de petróleo tinha por missão: colaborar para o estabelecimento das diretrizes de uma política nacional de petróleo e dos planos de ação do governo; coordenar o planejamento das atividades das empresas do setor, compatibilizando seus planos e projetos com a política governamental; e controlar as atividades do setor nos aspectos físico, econômico e financeiro. Transcendia, assim, a ação do Conselho à mera política de fiscalização das empresas, para abranger, sobretudo, o planejamento integrado das diversas atividades que o abastecimento nacional do petróleo comportava. O objetivo primordial dos estudos realizados durante minha administração foi o de adequar o sistema abastecedor às necessidades da demanda. No que se refere ao petróleo cru, nos termos da legislação em vigor, o Conselho aprovava os planos elaborados pela Petrobrás referentes à pesquisa e a lavra nas diversas bacias sedimentares em que operava, e, ainda, as importações complementares. Para o planejamento da distribuição dos combustíveis fixavam-se: as áreas tributárias das refinarias, compatibilizando a produção com o consumo; e as bases de distribuição e sua capacidade de armazenamento tendo em vista o consumo e o maior rendimento dos transportes.

Releva salientar o esforço que, desde o início de minha gestão, empreendeu o Conselho para utilizar, em cada caso, o transporte mais adequado e mais econômico. Não se podia admitir que transportes de grandes massas de derivados da refinaria para as bases ou depósitos localizados no interior do país, a grandes distâncias, fossem executados por rodovias, com fretes mais elevados, em detrimento das ferrovias, desfalcadas de receita que por tudo lhes cabiam. Por outro lado, refinarias havia que não dispunham quer de acesso ferroviário e equipamento apropriado ao carregamento dos vagões. A distorção existente no país, neste particular, criada por longos anos de erros acumulados, não permitia modificação radical de imediato. Procurou o Conselho, em ligações com a Rede Ferroviária Nacional e a cooperação da Petrobrás e das companhias distribuidoras, dar uma partida para a solução da questão. Como exemplo poderíamos citar a Centro-Oeste. A construção de uma base em Ibirucu, em Belo Horizonte, tornou possível a transferência, sobre trilhos, dos produtos da refinaria Gabriel Passos para o interior de MG e Goiás, inclusive Santos e o norte de SP. O volume de carga transportado dobrou a receita da ferrovia pondo fim ao seu crônico déficit. As companhias distribuidoras resistiram, a princípio, em colaborar para esta solução. Era compreensível; vendiam o combustível aos seus caminhoneiros em Belo Horizonte, faturando à vista, e estes transportavam por sua própria conta e risco para Brasília. Essa não era mais a missão de uma distribuidora. Em reunião no Conselho com os presidentes das distribuidoras, adverti-os que a Petrobrás iria construir uma base distribuidora na capital da República e que o Conselho iria fixar os preços dos derivados em Brasília, iguais aos de Belo Horizonte. Cederam rapidamente e associaram-se com a Petrobrás para a construção da referida base. Isso só foi possível porque, por lei, o Conselho poderia indenizar custos de transporte para a equalização de preços no país. Contudo, jamais indenizei fretes rodoviários pela impossibilidade de fiscalização.

O gás liquefeito de petróleo, o GLP, gás de cozinha cuja introdução e rápida difusão devemos ao pioneirismo e genialidade de Ernesto Igel, com sua fábrica de fogões, e a queda em Nova York do dirigível Hindenburg, finalizando os voos dos dirigíveis Zeppelin, o que lhe permitiu adquirir em ótimas condições, os torpedos de gás butano

estocados na Base Aérea de Santa Cruz. O gás liquefeito de petróleo, por sua comodidade e baixo preço, teve um rápido crescimento de consumo em todo o país. Já em 1977, na própria cidade de São Paulo, seu consumo ultrapassava o do gás encanado ou de rua como era conhecido. Sua distribuição era porém precária, sujeita a constantes racionamentos, aliás convenientes para as distribuidoras que passavam a utilizar botijões com somente 10 kg pelo preço dos de 13 kg originais. Analisando a situação, concluí que, sobretudo, dois fatores contribuíam para a insegurança na distribuição: a falta de estoque nos portos e o transporte do gás para o interior, principalmente de Santos para São Paulo. Obriguei as distribuidoras a manterem estoques em Santos, a princípio sobre o mar, em navios transportadores, e também a construírem uma grande base distribuidora em São Paulo. À Petrobrás solicitei a construção de um gasoduto, adicional ao oleoduto já existente, de Santos a SP. Foi, igualmente, impulsionada a construção, no interior do país, de bases de carregamento de botijões. O abastecimento do gás liquefeito de petróleo impunha urgência na sua metodização e, neste sentido, baixou o Plenário do Conselho a resolução nº 1/69 específica para esse combustível, na qual foram estabelecidas as principais normas para distribuição, capacidade de armazenamento, estoques mínimos nas bases distribuidoras e de engarrafamento.

Só quem viveu a grande e complexa tarefa de garantir o abastecimento do gás engarrafado, em uma nação continental como Brasil, insuficientemente equipada em terminais e bases, pode avaliar o esforço despendido pelas companhias distribuidoras. Vi na Amazônia, no nordeste, no centro, no sudeste, no sul, botijões transportados sobre trilhos, em caminhões, em barcaças e até em canoas, levando a toda parte, para as cidades, para os lugarejos, aos sítios e fazendas, aos palácios e as favelas, o precioso gás engarrafado.

Ao Conselho Nacional do Petróleo cabia fixar os preços dos derivados segundo critérios estabelecidos no decreto-lei nº 61 de 21 de novembro de 1966. Na verdade, três eram os preços: realização, ex-refinaria e ao consumidor. O preço de realização das refinarias era fixado segundo uma estrutura que levava em conta o custo internacional do petróleo ao câmbio vigente, despesas com a mão-de-obra e operação, amortizações do capital investido e o lucro das refinarias, em percentagens variáveis resultantes de estudos procedidos pelo Conselho, nas próprias refinarias. Os preços de cada derivado nele contidos, acrescido do imposto único, constituía o que se chamava preço ex-refinaria. O objetivo da lei, em síntese, era fixar o preço de cada derivado de acordo com uma escala internacional de preços, levando em conta a nobreza do produto e o interesse nacional. Aos preços ex-refinaria eram, ainda, acrescidos os encargos da distribuição: custo e remuneração das distribuidoras e a remuneração do revendedor, resultando assim o preço final ao consumidor. A remuneração das distribuidoras era baseada em estudos realizados por técnicos do Conselho, inclusive com auditoria nos seus balanços anuais, não sendo permitido lucro líquido superior a 10%. Para a determinação do preço ao consumidor eram feitos levantamentos prolongados das receitas e despesas, inclusive com lavagens e lubrificações dos postos de revenda, nas cidades e estradas, com venda não inferior a 100.000 l mensais. Não era possível garantir lucro a um posto, por exemplo, com venda de 20.000 litros mensais. Ao Conselho Nacional de Petróleo cabia a fiscalização da pureza dos combustíveis, nos postos de serviços, mediante a atuação de seus fiscais; mas era exigida a cooperação das companhias distribuidoras na fiscalização dos produtos vendidos nos postos de suas bandeiras. O consumidor brasileiro poderia considerar-se feliz pois adquiria os combustíveis por preços inferiores aos da maioria dos países desenvolvidos, sobretudo os europeus e até mesmo de alguns estados dos EUA.

A indústria petroquímica do Brasil datava de vários anos, sendo a Petrobrás sua pioneira incontestada, com sua fábrica de fertilizantes nitrogenados em Cubatão. Desde 1954 o Conselho Nacional de Petróleo fixou que a indústria petroquímica, devido à sua larga diversificação, deveria ser aberta tanto à iniciativa privada quanto à estatal. Até 1967, a petroquímica brasileira manteve-se incipiente, tendo como base, de um lado o aproveitamento de frações de gases residuais das refinarias de Cubatão e Duque de Caxias e, de outro lado, a utilização de matérias-primas de possível e fácil importação.

A expansão da indústria era necessária e urgente pela sua importância e significação, pelo seu efeito multiplicador no progresso industrial do país. A legislação não definia, com precisão, o limite de atuação das empresas estatais e privadas, podendo estas produzir efluentes monopolizados. Daí certa relutância da Petrobrás à expansão da indústria pela iniciativa privada. A nafta e o gás natural, monopólio do Estado, indispensáveis à produção de insumos básicos petroquímicos, não garantia à indústria privada, com segurança, a sua aquisição. Em reunião realizada no Ministério da Fazenda, presentes os ministros Delfim Netto da Fazenda, Costa Cavalcante das Minas e Energia, Hélio Beltrão do Planejamento, Candal da Fonseca presidente da Petrobrás e o presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ficou definido, unanimemente, que os efluentes das indústrias petroquímicas, abrangidas pelo monopólio, seriam de propriedade da Petrobrás, que indenizaria as indústrias produtoras com uma percentagem sobre o volume da matéria prima que lhes desse origem.

Participei, pessoal e ativamente, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, com a colaboração do meu chefe de gabinete, General Araken de Oliveira, da elaboração de um projeto de decreto que,

submetido à apreciação do governo, resultou no decreto 61.981 de 28 de dezembro de 1977, que objetivamente estabeleceu condições para o desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil: criou a Petroquisa, Petrobrás química S.A., e permitiu sua associação, mesmo minoritária, com capitais nacionais e estrangeiros, possibilitando desse modo a integração dos setores público e privado; definiu com precisão os limites de atuação das empresas privada e estatal, pondo definitivamente fim ao conflito monopolista, resultante da interpenetração das indústrias do refino e petroquímicas; e assegurou a aquisição de matérias-primas por preços internacionais.

Desde logo a Petroquisa se viu estimulada a associar-se ao antigo grande projeto da Petroquímica União, que permanecia no papel. A petroquímica União, com a pirolise da nafta, produziria as matérias-primas básicas necessárias a outros projetos. Antes mesmo de concluídos os trabalhos iniciais de terraplenagem da área destinada à sua implantação, a Petroquímica União, ante a demanda do mercado consumidor de suas matérias-primas, que se afirmava vertiginosamente crescente, teve ampliado seu projeto de 200.000 para 300.000 toneladas de eteno. Empresas estrangeiras, de renome tradicional, associaram-se minoritariamente à Petroquisa e às organizações nacionais, transferindo para o Brasil tecnologia e recursos financeiros em condições excepcionais. Nascia o primeiro polo petroquímico do país. Criou-se um sistema tripartite em que todos capitais eram minoritários, predominando de um lado o capital nacional, e de outro lado o capital privado. Podíamos afirmar que a indústria petroquímica, além de privada, era verdadeiramente brasileira. No meu discurso de agradecimento ao Instituto Nacional do Petróleo, por ocasião da entrega do prêmio Leopoldo Miguez de Melo, ligando meu nome ao dele no desenvolvimento da nossa petroquímica, tive a oportunidade de dizer: "Em 1969, ao deixar a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, para assumir a da Petrobrás, ao que tudo indica, com a criação da Petroquisa, outro será, no setor petroquímico, o panorama industrial do Brasil a partir de 1971". A profecia realizou-se; já marchamos para o quarto polo petroquímico e temos, nos dezoito anos decorridos, do relatório da Petrobrás de 1987: "...a Petroquisa participa diretamente do capital de 33 empresas, sendo 4 controladas e as demais coligadas; a Petroquisa e suas controladoras apresentaram respectivamente um faturamento bruto de 50 bilhões e 20 bilhões na moeda da época; o mercado interno absorveu 68% da produção de petroquímicos básicos e 68% de produtos finais; as exportações alcançaram 1.300.000 toneladas gerando 600 milhões em divisas; e "A Petroquisa não pára; associa-se a novas coligadas e empenha-se em auxiliar a nascente indústria química fina"

Ainda agora, li no Globo de 10 de agosto de 2000: "Depois de catorze anos de planejamento, de evasivas e retrocessos, começa a sair do papel, e a virar realidade, o polo de gás químico do Rio de Janeiro. A empresa Rio Polímeros que vai constitui-lo terá, em 2001, um exército de cerca de 6.000 homens na sua construção. A Rio Polímeros, constituída pela Unipar, Suzano, Petrobrás e BNDES, investirá um bilhão de dólares e terá uma produção de 500.000 toneladas de eteno a partir do gás natural da Bacia de Campos. Associam-se novamente na indústria petroquímica os capitais privados e estatais. Finalmente, é justo ressaltar o valor de nossos técnicos que dominaram e desenvolveram a alta tecnologia".

Na defesa do monopólio quero exemplificar minha atuação: o grande desenvolvimento da Amazônia, com a abertura da transamazônica, dobrou o consumo de combustível na região com maior incidência no diesel; a refinaria de Manaus não mais atendia a sua área tributária, obrigando a transferência de grande massa de derivados da refinaria Landulpho Alves da Bahia, com pesados fretes. Estudos técnicos constataram a possibilidade da refinaria de Manaus, nas suas instalações, produzir 7000 barris por dia, 2000 a mais do que os fixados no seu título de autorização de 4 de abril de 1963. Com base no artigo 2º do decreto-lei 41.652 de abril de 1959, que dispunha sobre a capacidade das refinarias particulares, autorizei o refino adicional de 2000 barris diários. Este excesso de refino, na forma do parágrafo 3º da mesma lei, seria em benefício do monopólio da União permitindo-se à refinaria justa remuneração pelo uso de suas instalações e a prestação de serviços mediante acordo entre a Petrobrás e a refinaria. No Conselho Nacional do Petróleo procurei agir como um juiz. Cumpria -me, por lei, defender o monopólio. Mantive com um diálogo franco, às vezes rude, mas sincero e leal com a Petrobrás, com as permissionárias do refino, com as distribuidoras, com o sindicato dos revendedores de combustíveis, respeitando seus justos interesses, mas visando, acima de tudo, o interesse nacional e do consumidor brasileiro.

PETROBRAS

O presidente da Petrobrás, General Artur Duarte Candal Fonseca, que durante dois anos dirigiu a Empresa, conseguindo expressivos índices de eficiência em todos os setores de atividade, com objetivo de prosseguir sua brilhante carreira militar, teve, por imposição legal, que solicitar demissão. Novamente, após grande insistência do presidente Costa e Silva - eu preferia continuar no Conselho - fui, por decreto de 24 de março de 1969, nomeado para substituir Candal. Ao assumir a presidência, em 28 do mesmo mês, a Petrobrás já tinha seu "Plano Triannual de Investimentos" e o seu "Programa anual de atividades" para 1969, aprovados pelo Conselho de Administração. Logo no início de minha gestão, na execução do programa estabelecido, foram concluídas as obras

do Terminal de São Sebastião, tendo assim eu, a oportunidade de inaugurá-lo com a presença do presidente Costa e Silva e do governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré. O Terminal, o maior da América do sul, teve sua construção iniciada em 1961, depois de acurados estudos que concluíram pela impossibilidade de continuar a importação, pelo porto de Santos, do petróleo cru destinado ao abastecimento do Estado de São Paulo. O porto de São Sebastião permitia a atracação de petroleiros com mais de 100.000 toneladas, já utilizados na época. Não menor foi minha satisfação em presidir a cerimônia de encerramento das obras de construção da ponte de acesso aos “piers” do terminal marítimo de Madre de Deus.

O ano de 1968 caracterizou-se pela elevada taxa de crescimento -15%- no consumo de combustíveis, não permitindo à produção atender a demanda, não obstante a entrada em operações da refinaria Gabriel Passos, em Belo Horizonte, e Alberto Pasqualini, no RS. O balanço produção/consumo, executado pelo Conselho Nacional de Petróleo, previa pequeno déficit para o ano de 1969, o qual iria acrescentar-se nos anos subsequentes. Assim, o Conselho Nacional de Petróleo, em sessão plenária de 14 de março de 1968, autorizou a Petrobrás a construir uma nova refinaria no planalto paulista, em Paulínia, e a adotar, ainda, medidas especiais para diminuir o déficit previsto. Por outro lado, as perspectivas de produção de petróleo em terra eram pessimistas, conforme relatórios dos geólogos Walter Marinho Campos e Lauro Vieira. Em consequência, orientaram-se trabalhos para a plataforma continental, de características altamente favoráveis, sendo, em setembro de 1968, na administração Candal, descoberto campo de Garicema, pioneiro de um grande sucesso posterior. Não obstante os intensos trabalhos de geofísica, em terra e no mar, procedido pelas melhores e mais conceituadas empresas internacionais, não dispunha o Departamento de Exploração, para perfuração em terra, de uma única localização e nem tampouco de material -plataformas- e pessoal em número necessário com o conhecimento da nova tecnologia que surgia no Mar do Norte. Eu sabia, desde quando ainda no Conselho Nacional de Petróleo, que os derivados combustíveis produzidos por nossas refinarias eram, em preços de realização, 30% mais baratos que os importados; ou em outras palavras: os derivados contidos num barril de petróleo quando refinado no País permitiam uma economia de divisas de 70¢ de dólar e isto, é de se frisar, quando ele, abundante no mundo, era importado ao preço em torno de US\$2.00 cif Brasil. O desenvolvimento da Petrobrás devendo realizar-se em função de critérios econômicos e nacionais, impunha, no momento, o aumento acelerado do parque de refino para cobrir o déficit de produção, gerar recursos para investimentos e dar melhores resultados no balanço de pagamentos.

O Plano Trienal da Petrobrás, já citado, previa aplicações de recursos da ordem de NCr\$ 3,5 bilhões, dos quais NCr\$1,9 bilhões, mais de 50% portanto, destinados à pesquisa e lavra do petróleo e NCr\$ 760 milhões para o refino. Essa alocação de recursos ressalta que, apesar de tudo, a Petrobrás dava prioridade ao setor de exploração e produção. No setor refino estavam previstos a construção da refinaria de Paulínia, a ampliação e modernização da refinaria de Cubatão que, além de uma quantidade maior de combustíveis, deveria produzir combustíveis mais nobres, como gás de cozinha e a nafta petroquímica para adequar sua produção ao consumo da sua área. Previa, ainda, o “Plano”, a construção, na refinaria Duque de Caxias, de uma unidade para produção de óleos lubrificantes. Tais obras obrigariam, complementarmente, a construção do oleoduto São Sebastião-Paulínia e a Base de Combustíveis de Barueri. Os recursos próprios, gerados pela empresa, da ordem de um bilhão de cruzeiros novos, seriam suficientes para a execução do plano em moeda nacional; um reforço em moeda estrangeira era necessário para as aquisições e externas.

Fui a Londres, consegui um empréstimo no Hambro’s Bank, no valor de 50 milhões de libras, cerca de 90 milhões de dólares ao câmbio vigente, títulos pelo valor de face, sem comissão, juros de 5,5%, prazo de pagamento de 15 anos e cláusula de preferência para a indústria inglesa, nas compras externas, em igualdade de condições. Para impulsionar a execução das obras criei o “Grupo Executivo de Obras Prioritárias”, diretamente subordinado ao presidente da Petrobrás, com poderes para contratar serviços, adquirir equipamentos e materiais e, ainda, superintender as atividades do escritório de compras em Londres. Nomeei para chefia-lo o competente, digno e probo Engenheiro Orfila Lima de Santos. Como auxiliares dispunha o doutor Orfila dos engenheiros Maurício Silva Alvarenga-(chefe-adjunto); Heitor de Moura (engenharia), Paulo Freire (planejamento), Cláudio Vilela (material), e Luiz Barentha Filho(administração), além de várias equipes de campo. Os trabalhos foram iniciados na minha administração, com a aquisição da Central Termelétrica para a Refinaria de Paulínia, cuja concorrência internacional foi vencida pela indústria japonesa. Com esta compra, os jornais londrinos da época consideraram o empréstimo do Hambro’s Bank prejudicial à Inglaterra. Fui informado, posteriormente, pelo doutor Orfila, que muitos equipamentos e materiais foram adquiridos na Inglaterra.

Com o falecimento do Presidente da República, solicitei à Junta governativa, constituída pelos Ministros Militares que o substituiu, minha demissão, em carta datada de 22 de outubro de 1969 encaminhada por outra da mesma data dirigida ao Ministro das Minas e Energia, doutor Dias Leite, para a qual solicitava sua especial atenção para a rápida solução do meu pedido. Depois de mais de 10 anos de meticolosos estudos atuariais e de ser

submetido ao Instituto da Previdência Social e aos Ministérios da Fazenda, das Minas e Energia e do Planejamento, tive a oportunidade de submeter à aprovação da Assembleia Extraordinária da Petrobrás, de 25 de abril de 1969, o Plano de Seguridade Social da Petrobrás.(Petros). Esta histórica assembleia com a aprovação da Petros, pessoa jurídica de direito privado e de fins não lucrativos, financeiramente autônoma, propiciou uma solução satisfatória para os problemas relativos à assistência social do empregado do sistema Petrobrás, permitindo à empresa renovar seus quadros com a aposentadoria, com vencimentos integrais, de antigos e envelhecidos empregados que muitos fizeram pela empresa, mas cuja capacidade de trabalho diminuída não mais lhes permitia o desempenho eficiente de suas funções. Consegui, ainda, na minha gestão, ver aprovado, pelo Conselho de Administração, o novo Estatuto da Petrobrás, o qual, encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, foi aprovado pela Junta Governativa com o decreto 65.690, de 12 Nov 1969. Por ele, o Conselho de Administração permaneceu como órgão de cúpula da empresa com plenos poderes de direção, reorientação da sociedade, sem exercer quaisquer encargos administrativos; a Diretoria, circunscrita a deliberações do Conselho, representava o poder executivo da empresa, ficando expresso o princípio da responsabilidade na gestão dos negócios, definidas as atribuições do Presidente e dos Diretores, e mantido o regime de direção colegiada; aos diretores foi vedado o direito de exercer qualquer outro cargo, salvo, sem direito a qualquer outra remuneração, o de Diretor de subsidiária, onde operaria como elo de ligação entre as duas sociedades, mantendo-se a unidade de comando; foi dada maior flexibilidade à formação de subsidiárias, definindo-se o sistema de vinculação com a empresa matriz; foram criadas as ações preferenciais ao portador, sem direito a voto, sendo proibida a sua transformação em ordinárias de modo a permitir sua aquisição inclusive por brasileiros casados com estrangeiras ou naturalizados; e no que tange aos empregados, fortaleceu-se o princípio de carreira inspirado no mérito, assegurando-se lhes o acesso a funções de alta relevância na Sociedade e em suas subsidiárias.

Nomeado o general Geisel presidente da Petrobrás, num encontro que mantivemos antes de sua posse, depois de uma rápida exposição sobre a situação da empresa, disse lhe, com toda sinceridade, o que pretendia e achava necessário fazer, e era minha intenção de fazê-lo, não fosse tão curto o meu mandato: dar continuidade intensiva ao programa para o aumento da produção de derivados e sua ampliação ao outros produtos ainda não produzidos no Brasil; prosseguir, com determinação, na recuperação secundária de seus campos produtores e na pesquisa, em terra, mas sobretudo na plataforma continental, mantendo os programas de sísmica e de preparação do pessoal; construir o Centro de Pesquisas na Ilha do Fundão; instalar a Petros; Criar as subsidiárias Braspetro, Distribuidora e Interbras; e construir o Centro de Pesquisas da Petrobrás na Ilha do Fundão. Com esse objetivo, o novo estatuto, além de flexibilizar a criação de subsidiárias, permitia à Petrobrás acesso a atividades no exterior independente de tratados internacionais.

A Braspetro, menina dos olhos do engenheiro Geonísio Barroso, que desde a sua mocidade prestou serviços à exploração e produção do petróleo, teria como meta a internacionalização da Petrobrás, a obtenção de recursos externos e troca de tecnologia no trabalho conjunto com técnicos estrangeiros. A Petrobrás Distribuidora integraria a Petrobrás levando-a “do poço ao posto”. Atuaria a Distribuidora de forma competitiva e em livre concorrência com as demais empresas, e substituindo a Petrobrás nessa atividade que já vinha exercendo com fornecimento aos Ministérios Militares, a órgãos da administração pública e a grandes empresas. Da mesma forma, a Interbras, empresa de comércio internacional.

Tive, na palestra com Geisel, a oportunidade de ressaltar a necessidade de manter o “Grupo Executivo de Obras Prioritárias”, apesar de certas resistências pela soma de poderes atribuídos ao órgão. Pedi que não o extinguisse antes de uma meticolosa análise. O Geisel, na sua brilhante gestão, aprovou-o, mantendo no cargo o doutor Orfila que concluiu as obras a ele atribuídas em 1971 e começo de 1972. A refinaria de Paulínia, cuja inauguração tive o prazer de assistir, foi construída no tempo recorde de três anos.

No dia 06 Nov passei, com alegria e confiança, a Presidência da Petrobrás ao Gen Ernesto Geisel cuja capacidade profissional e elevado espírito público já haviam sido demonstrados no exercício de relevantes funções no Exército e na administração federal, inclusive no Conselho Nacional de Petróleo e na própria Petrobrás. A nomeação do general Geisel só poderia merecer aplausos.

Naquele momento afastava-me definitivamente da vida pública depois de ter servido à minha pátria por mais de meio século. Julgava-me, assim, no direito de fruir, com a remuneração que me cabia, proventos de Marechal Reformado, um justo repouso. Estava em meu sítio quando, voltando da cidade com minha mulher, encontro à frente da casa um carro. Entramos; era o Cacau - Cel Barros Nunes - meu antigo chefe de relações-públicas da Petrobrás. “Você por aqui? Veio visitar-me? Que bom”. Não; não vinha visitar-me; era portador de um insistente convite do Gen Geisel para que eu aceitasse as funções de Conselheiro da Administração da Petrobrás. Pediu-me que viajássemos ainda naquela noite; não me cabia esquivar. Viajamos para o Rio durante a noite. Fui eleito Conselheiro no dia 27 Jun 1971 e mantido nesse cargo até maio de 1985, com uma pequena interrupção em que exerci

o cargo de Consultor da empresa. Além dos membros natos do Conselho, eram meus pares os amigos Marechal Adhemar de Queiroz e o Engenheiro de Minas, Dr. Irnack do Amaral, ambos também ex-presidentes da empresa. Não nos limitávamos a participar das reuniões; dedicávamos, por largos períodos, ao estudo, na própria empresa, dos assuntos a serem discutidos e julgados pelo Conselho. Vi a Petrobrás sempre crescendo, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Em 1969, a empresa produzia pouco menos de 200.000 barris e hoje ela produz 1.500.000 barris de petróleo por dia, não mais a US\$2.00, mas a US\$35.00 o barril, com previsão de chegar muito breve a dois milhões de barris/dia. Avante Petrobrás!

AQUISIÇÃO DE LIVRO



A AHIMTB/RS houve por bem adquirir a obra cuja capa está ao lado, com custo de 40 reais, para desenvolver um artigo sobre a fundação de São Gabriel. Mas o livro está à disposição dos integrantes: FIGUEIREDO, Osório Santana. São Gabriel desde o princípio. São Gabriel: 1977 (não consta a editora).

Osório Santana Figueiredo, já falecido, era acadêmico da AHIMTB/RS. Residia em São Gabriel.

O "Apresentar Armas" com espada para os oficiais do EB (ou espadim para os cadetes)

Fonte: Manual de Campanha C 22-5, p. 1-1.

c. O Exército Brasileiro [...] teve seus primeiros movimentos de Ordem Unida herdados do Exército Português. [...] sofreu também duas grandes influências [...]: a germânica, antes da 1ª Guerra Mundial [...]; e a francesa, no início dos anos 20, com [...] daquele País em missão no Brasil. Como exemplo dessa influência pode-se citar o apresentar armas com espada, que se identifica com o juramento feito pelos militares gauleses.

O 1º tempo, com a espada na vertical e com o copo na altura da boca, significava o juramento pela própria HONRA;

no 2º tempo, o juramento por DEUS, apontando para o céu; e

no 3º tempo, o juramento pela PÁTRIA, apontando a espada para o solo.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos/CMS: www.nec.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.